

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – CLII
ÁREA DE CONHECIMENTO CIÊNCIAS HUMANAS

***OMI APIAKANE, UM INTÉRPRETE ENTRE MUNDOS:
EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO INDÍGENA,
PROTAGONISMO E AUTONOMIA DOS POVOS APARAI E
WAIANA***

Acadêmico:
Ariné Waiana Apalai

Orientadora:
Profa. Dra. Carina Santos de Almeida

Oiapoque, maio de 2023.

Ariné Waiana Apalai

***OMI APIAKANE, UM INTÉRPRETE ENTRE MUNDOS:
EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO INDÍGENA,
PROTAGONISMO E AUTONOMIA DOS POVOS APARAI E
WAIANA***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – CLII, da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional de Oiapoque, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Intercultural Indígena, habilitação Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carina Santos de Almeida

Avaliado e aprovado em 01/03/2023.

Banca Examinadora

Profª. Dra. Meire Adriana da Silva – Avaliadora externa
(Licenciatura em História/UNIFAP)

Profª. Dra. Elissandra Barros – Avaliadora interna
(Licenciatura Intercultural Indígena/UNIFAP)

Profª. Dra. Carina Santos de Almeida – Presidente e Orientadora
(Licenciatura Intercultural Indígena e Mestrado Profissional em História/UNIFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Maria do Carmo Lima Marques – CRB-2 / 989

A639o

Apalai, Ariné.Waiana.

Omi Apiakane, um intérprete entre mundos: experiências no movimento indígena, protagonismo e autonomia dos Povos Aparai e Waiana / Ariné Waiana Apalai. Oiapoque, AP: Unifap, 2023.

1 recurso eletrônico. 78 folhas.

Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Amapá, Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena, Oiapoque, AP, 2023.

Orientador: Prof.Dra. Carina Santos de Almeida.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Povos indígenas. 2. Movimento Indígena. 3. Linguagem. 4. Linguística. I. Almeida, Carina Santos de; orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 498.3

APALAI, Ariné Waiana. **Omi Apiakane, um intérprete entre mundos: experiências no movimento indígena, protagonismo e autonomia dos Povos Aparai e Waiana.** Orientado: Prof.Dra. Carina Santos de Almeida 78 f. Monografia (Graduação)- Universidade Federal do Amapá, Oiapoque, AP, 2023.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Deus por ter me dado a vida e livrar meu rumo para seguir meu futuro profissional na área de educação.

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Carina Almeida por aceitar a condução do meu trabalho de pesquisa. Agradeço pelo esforço por mim nas orientações e, mesmo tendo dificuldade, sempre facilitou para que pudéssemos continuar da melhor forma possível, em todos os aspectos, tanto presencial quanto remotamente.

A todos os docentes do Campus Binacional de Oiapoque, em especial os professores do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, por partilhar suas competências e habilidades com qualidade profissional.

À professora mestranda Ereu Apalai que trouxe sua contribuição e experiência para mim, para seguir meu curso até a finalização, e à minha filha Kellen Eriepyny Waiana Apalai que sempre esteve preocupada comigo durante minhas viagens até o extremo norte do Estado.

Agradeço também à Dra. Suely Silva Oliveira, nutricionista, pela sua disponibilidade de estadia, boa equipe e refeições diárias, oportunidade que me deu bastante apoio quando mais precisava de espaço durante minha permanência na pousada.

RESUMO

Omi Apiakane significa na língua Aparai “intérprete” e, entre os povos Aparai e Waiana, se refere a um personagem importante que se dedica a traduzir na língua as discussões e diálogos que são feitos nas reuniões políticas dentro e fora do território. Eu, Ariné Apalai, sou um intérprete entre mundos e tornei-me *Omi Apiakane*. Neste Trabalho de Conclusão de Curso, dediquei-me a minha etnografia, destacando as memórias de vida e o papel assumido como intérprete junto a grande liderança do meu povo, o chefe Tuarinker. Minha trajetória é, também, uma história do surgimento do movimento indígena contemporâneo entre os povos indígenas do Parque do Tumucumaque e Rio Paru D’Este e, aqui, o trabalho visa apresentar os caminhos percorridos pelos povos no contexto do indigenismo de Estado e as experiências de protagonismo e autonomia que passam a caracterizar a atuação dos Aparai e Waiana nas últimas décadas. Enquanto uma autoetnografia, este trabalho se dedica a narrar momentos circunstanciais da história recente, qualificando de forma sensível a luta empreendida por mim e pelos povos aparai e waiana. Eu fui um dos atores principais de seu povo e aprendi com as lideranças a priorizar os interesses da comunidade, dirimindo as diferenças, para, então, poder ajudar a fortalecer a organização social dos povos, participando, inclusive, da criação de espaços que garantiram conquistas significativas como a demarcação e homologação das terras e a implementação de políticas públicas no âmbito da saúde, educação e autonomia. Essa autoetnografia expõe os desafios enfrentados pelas lideranças indígenas nas últimas décadas e representa uma caminhada nem sempre fácil para romper o colonialismo imposto pelo mundo não indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Autoetnografia; Povos Aparai e Waiana; História Indígena; Movimento indígena.

APIAKASEMY

Omi Apiakane poko sero nase Aparai e Waiana maro ahtao, erohto poko oturutoh maro tuhkako maro pata po te, ameke ahtao enara. Sero merone esety ywy, Ariné Apalai, omi apiakane me toehse pakero poe. Sero jatamorepatoh poe ynmerohpyry nase ypoko, ynyriry maro ypoeto poero, tuhkako maro atakorehmatohme typatakã maro, oximaro atakorehmatopõpyry poko. Sero nase tymerose ipune ro pake ehtopopyry atakorehmatopõ maro tyrise nono etyhpymararo ahtao etyhpymatopõpyry pona Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este, morara sero nase enetupuhpoko oximome ehtoh apitotopõpyry maro, jomitatopõpyry poko pata akorehmatoh poko te, ymaro jamihtatopõpo poko roropa amoreme Aparai, Waiana maro pakero poremapyra ehtohme. Sero nase ekaroko roropa oturutopõpo pake ehtoh poko seromaroro ehtoh ponaro enetupuhtohme isekeremananomoa Aparai, Waiana tomo a. Ywy Ariné, sero poko onuenikehkapopyra typatakã maro toerohse tatakorehmase exiryke tupimero ahtao senohne tosemahtose oximaro tatakorehmase moro pokoino tupime pyra oximomako typatakã erohtoh toehse pakero tapitose exiryke kure tosemahtose jamihme ehtohme. Morara kurã omi totapose oximome nono etyhpymatoh poko ewomatoh maro pakero tatakorehmase exiryke te, ahno akorehmatoh maro roropa turupose tamuximakõ akorehmatopo, kurakokara akorehmatopo te, tapuruhmakase omi ae tupimanopo. Emero akorehmatohme Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este pokomo. Sero ynmeropyry ywy Ariné ako nase tupimakõ akuohtopõpyry poko tuisa me exinohtao, tupima kara samo yrome oturutoh enepiryhtao tupime kehko. Enara sero nase tymeose tuaro ehtohme.

OMI ENETUPUHTOPO: Ypoko oturutopo (tuhkako roropa); Moxamo Aparai Waiana; Oturutoh ituakyry poko; Tuhkãko maro atakorehmatopo.

LISTA DE SIGLAS

AIS – Agentes Indígenas de Saúde

AM – Amazonas

AMIWA – Articulação das Mulheres Indígenas Waiana-Aparai

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ANP – Amapá e Norte do Pará

AP – Amapá

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APINA – Conselho das Aldeias Wajãpi

APIO – Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque

APITU – Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque

APIWA – Associação dos Povos Indígenas Waiana-Aparai

APOIANP – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará

ASSESIM – Associação de Estudantes Indígenas do Município de Macapá

ATL – Acampamento Terra Livre

CAPOIB - Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

CCPIAW – Centro de Cultura dos Povos Indígenas Apalai-Waiana

CEAE – Conselho Estadual de Alimentação Escolar

CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CES/AP – Conselho Estadual de Saúde do Estado do Amapá

CEWA – Conselho Escolar Waiana Apalai

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CLII – Curso de Licenciatura Intercultural Indígena

CNPI – Conselho Nacional de Política Indigenista

CNSI – Conferência Nacional de Saúde Indígena

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COICA – Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

COMARA – Comissão de Aeroportos da Região Amazônica

CONDISI – Conselho Distrital de Saúde Indígena

CONEEI – Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena
COOPIWA – Cooperativa dos Povos Indígenas Waiana Apalai
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
DF – Distrito Federal
DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
FAB – Força Aérea Brasileira
FSM – Fórum Social Mundial
Funai – Fundação Nacional do Índio
Funasa – Fundação Nacional da Saúde
GT – Grupo de Trabalho
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IEPÉ – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
META – Escola Técnica do Amapá
MG – Minas Gerais
MJ – Ministério da Justiça
MT – Mato Grosso
NEI – Núcleo de Educação Indígena
ONG – Organização Não Governamental
ONGs - Organizações Não Governamentais
PDPI – Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PIN – Posto Indígena
PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPTAL/Funai – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
RANÍ – Registro Nacional de Indígena
RENCA – Reserva Mineral de Cobre e seus Associados
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED/AP – Secretaria de Educação do Estado do Amapá
SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SETAG – Serviço de Engenharia e Agrimensura Ltda

SIL – Summer Institute of Linguistics

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SUS – Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TI – Terra Indígena

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

LISTA DE PALAVRAS

Ahpama – Nome de subgrupo de povo indígena falante de língua karib, descendente do povo Aparai;

Apiakane – Tradutor;

Atakorehmatopöpyry – Nossa contribuição;

Ehtopöpyry – Histórias antigas;

Enetupuhpoko – Termo raciocinar ou refletir;

Epurutopo – Significa local ou período da ferroadada por tucandeira;

Etyhpymararo – Terra ou algo não delimitado (demarcado);

Etyhpymatopöpyry – Ato de demarcação;

Irako – Tipo de tucandeira com ferroadada que provoca dor intensa e demorada, utilizada na festa de tucandeira que ocorre na passagem de juventude para vida adulta, por ambos os sexos. Essa tucandeira é utilizada na segunda fase da festa;

Japohpo – Utilizado por membro da família masculina, na língua Aparai;

Juku – Nome de tucandeira de cor preta brilhante, sua ferroadada provoca muita dor, mas que passa depois de alguns minutos. Também utilizado na primeira fase da festa;

Kama – Nome de um igarapé localizado no rio Paru D’este, próximo da aldeia Parapara;

Kumareuku – Nome de aldeia antiga localizado no rio Amazonas;

Kunana – Peça artesanal confeccionada para colocar as tucandeiras nela, sua pintura é feita com plumas de pássaros sagrados;

Maikuru – Nome de um rio localizado no afluente com Jari, atribuído pelos Aparai;

Merie – Uma das formas de passagem da juventude para a vida adulta. Devido ao sacrifício doloroso, essa prática não está sendo praticada ultimamente. Nela se corta a pele com ossos e dentes de peixes afiadas, no local são dadas chicotadas antes de fazer os pequenos cortes;

Murumuru – Nome de espinho do mato muito perigoso e de frutas que servem de consumo dos povos;

Okomo – Nome dado aos marimbondos que são utilizados na festa da tucandeira em sua terceira fase. O termo mais utilizado é o tyrehmenu. Ele tem cor bem escuro e sinal amarelo nas costas;

Omi – Língua ou fala;

Omi apiakane – Intérprete ou tradutor;

Osenematopo – Termo utilizado para designar o local onde se faz ou se cumpre o jejum;

Papa – Pai;

Pata – Aldeia ou localidade;

Pyaxi –Significa pajé;

Tamuru –Significa avô, praticado tanto por homens quanto por mulheres;

Typatakã – Caciques;

Typatake – Cacique, que tem aldeia ou que tem seu lugar apropriado;

Typatakemy ou Tuisa – Significa cacique, líder, autoridade;

Upurui – Nome de subgrupo indígena falante de língua karib, descendente do povo Waiana;

Ynymerohpyry – Meu relato ou minha escrita.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1	18
MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA: NARRATIVA (AUTO)ETNOGRÁFICA DE UM “INTÉRPRETE”	18
Capítulo 2	29
ENTRE O INDIGENISMO E O MOVIMENTO INDÍGENA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS POVOS APARAI E WAIANA	29
2.2 As organizações dos povos indígenas do Parque do Tumucumaque e do Paru D’este	43
2.3 A demarcação das Terras Indígenas do Parque do Tumucumaque e do Rio Paru D’este ..	50
2.4 As conquistas do movimento indígena no âmbito das políticas públicas	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea de Aldeia Bona, em 2013	18
Figura 2: Eu, Ariné Apalai, confeccionando artesanato na Aldeia Bona em 1992	19
Figura 3: Fundação de aldeia Bona seu primeiro nome era Apalai, durante e depois da construção de pista de pouso década de 60 a 70	30
Figura 4: Cacique Tuarinker Apalai (centro), em diálogo com o administrador regional Frederico de Miranda Oliveira (esquerda) sobre políticas públicas de educação e saúde, na sede regional da Funai em Macapá-AP, 1988	37
Figura 5: Comissão de professores indígenas do Amapá e norte do Pará, Robersoni dos Santos, Ariné Apalai, Erlis Karipuna e Oberto dos Santos (da esquerda para a direita), na 1ª Conferência Ameríndia de Educação e I Congresso de Professores Indígenas do Brasil, 17 a 21/11/1997, Cuiabá (MT)	40
Figura 6: Mesa de discussão da 1ª Conferência Ameríndia de Educação e I Congresso de Professores Indígenas do Brasil, 17 a 21/11/1997, Cuiabá (MT)	40
Figura 7: Livro Pake Ahtao Oturutopõpo Poko – Histórias antigas dos Aparai-Waiana, de 1996	41
Figura 8: Chamada publicitária da Marcha Indígena: ano 2000, construindo outros 500	42
Figura 9: Ariné Apalai (esquerda) e Amiakare Apalai (centro), ambos representando a APITU na 1ª Mobilização Nacional Indígena da Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (CAPOIB) contra a PEC n.º 1775, em 1996	45
Figura 10: Organograma funcional da APOIANP, 2016	47
Figura 11: Lideranças indígenas reunidas na 2ª Assembleia Geral da APOIANP, agosto de 2016, em Macapá	47
Figura 12: Arte e logo da APOIANP de sua criação, abril de 2016	48
Figura 13: Cerimônia de posse dos membros do CNPI, Ministério da Justiça e Cidadania-MJ, agosto de 2016 em Brasília-DF	48
Figura 14: Ariné Apalai participando da cerimônia de posse dos membros do CNPI, Ministério da Justiça e Cidadania-MJ, agosto de 2016 em Brasília-DF	49
Figura 15: Quadro das Organizações indígenas dos Povos do Parque do Tumucumaque e do Rio Pau D’Este	50
Figura 16: Cacique Tuarinker Apalai indo participar da Assembleia anual dos Povos Indígenas do Oiapoque, que ocorreu na Aldeia Kumarumã da TI Uaçá, 1983	51
Figura 17: Mapa do traçado do Parque Indígena do Tumucumaque de 1982	54
Figura 18: Limites da demarcação da Terra Indígena Parque do Tumucumaque de 1997	55
Figura 19: Mapa da Terra Indígena Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este de 1997	56

Figura 20: Cacique Tuarinker Apalai e Kototo Waiana, em primeiro plano, lideranças acompanhando a entrada de equipe da empresa de demarcação das Terras Indígenas do Parque do Tumucumaque e Rio Paru D’este, na Aldeia Bona, março de 1997	58
Figura 21: Cacique Tuarinker reunido com a comunidade para escolher as equipes de frente na demarcação das terras indígenas e que acompanharam cada grupo formado por não indígenas, março de 1997	59
Figura 22: Ariné Apalai participando de VI Assembleia Geral da COIAB em maio de 1998, Manaus (AM)	61
Figura 23: Celebração de convênio da Saúde Indígena entre APITU/Funasa, maio 2001	62
Figura 24: Orientações aos delegados eleitos nas conferências locais e regional e que participaram da 1ª CNPI, Macapá, 2015	66
Figura 25: Participação da delegação dos povos do Amapá e Norte do Pará Celestino Kaxuyana, cacique da Aldeia Santo Antonio, Tito Meri Tiriyó, cacique da Aldeia Missão Tiriyó, Ubirajara Kaxuyana, Angela Kaxuyana e Ariné Apalai (da esquerda para a direita), na 1ª CNPI, etapa nacional realizada em dezembro de 2015, Brasília (DF)	67
Figura 26: Chamada publicitária da mobilização #ocupafunai de 2016	68
Figura 27: Manifestação indígena no #ocupafunai, sede da Funai de Macapá em 2016.....	68
Figura 28: Ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2016	69
Figura 29: Ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2016	69
Figura 30: Nova ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2019	70
Figura 31: Nova ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2019	70
Figura 32: Nova ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2019	71
Figura 33: Selfie de Ariné Apalai na ATL de 2013, quando entramos em 16 de abril 2013 no Congresso Nacional primeira vez enquanto movimento indígena	73

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso retrata de forma autoetnográfica minha trajetória de vida. Na língua do meu povo Aparai, que pertence ao tronco linguístico karib, *Omi Apiakane* significa “intérprete” ou “tradutor”. Essa pessoa, *Omi Apiakane*, é muito importante em nossas reuniões e eventos, os mais velhos sempre recorrem a ela para que auxiliem no entendimento da língua portuguesa, que é muito difícil para eles. É necessário ter um *Omi Apiakane* para facilitar a compreensão profunda da conversa no debate, nas palestras e nos diversos momentos de diálogo e discussão.

Escolhi escrever sobre esse tema, mais especificamente, porque ele expõe os enfrentamentos, desafios e conquistas, assim como os percursos pessoais e tradicionais de desenvolvimento, o crescimento profissional e a minha trajetória no movimento indígena desde a juventude até o presente, espaço político de ação onde busquei soluções para nossos problemas e onde luto por direitos e garantias que estejam ou não na legislação. Ajudar como *Omi Apiakane* é muito importante para meu povo, que precisa de uma atenção específica dentro e fora de nossas terras, em especial, nos diálogos com toda sociedade envolvente.

Ao narrar esse caminho, deixo uma “mensagem” dessa experiência valiosa, quero com esse trabalho transmitir o conhecimento que adquiri, com garra e coragem, dedicação e determinação nos objetivos percorridos pela vida e alcançados com muita persistência ao longo dos anos. Quero deixar a mensagem do *Omi Apiakane*. Quero que minha determinação seja seguida pelos jovens que se inserem no movimento indígena. No passado, a atuação da juventude Apalai e Waiana no contexto da política indígena era mais tímida, talvez por medo ou ainda por não terem o incentivo dos adultos. Do contexto de onde venho, tínhamos pouco acesso ao mundo dos brancos e dificuldades de entender os processos que se sobreponham ao nosso mundo, inclusive, havia poucas mulheres jovens que participavam das reuniões, pois no passado, sequer acompanhavam os eventos nas aldeias e fora. Hoje, felizmente, a juventude vem, junto com os experientes mais velhos, paulatinamente ocupando espaços políticos e contribuindo na comunidade e no movimento indígena. Espero que exemplos como o meu possam motivar os jovens ainda mais no caminho do movimento indígena, ao lado dos mais antigos.

Nesse caminho como *Omi Apiakane*, tenho adquirido uma série de conhecimentos e experiências de luta com povos diferentes, nossos parentes. Aprendi a me engajar nos movimentos sociais e a buscar apoio para o movimento indígena, considerando o necessário

envolvimento de todos, dos jovens aos adultos. Como liderança, precisamos aprender a dialogar com qualquer instituição, seja ela governamental ou não, para alcançar os objetivos. Nesse caminho de *Omi Apiakane* completei pouco mais de duas décadas como membro de nossa organização local, sou uma das lideranças que mais tempo permaneceu firme, confiante e ativo no desenvolvimento dos povos das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'este. Representando meu povo Aparai e Waiana, com muito orgulho, tornei-me liderança reconhecida, sempre determinado a ajudar meu povo junto aos novos membros do movimento indígena. Nessa caminhada, há grande satisfação em relação ao nosso desenvolvimento político e sociocultural.

Minha trajetória de vida no movimento indígena começou com o papel de intérprete e tradutor, *Omi Apiakane*. Sigo, até o presente momento, como interlocutor ou transmissor da voz dos chefes e caciques, inclusive, ajudando como liderança regional e nacional. Contribuo em vários aspectos, principalmente, na busca por melhorias nas políticas públicas aos povos indígenas, luto em busca de soluções, envolvendo-me na defesa de direitos indígenas, nas mobilizações regionais e nacionais, incentivando os caciques a se engajarem ainda mais nos grandes debates e representações fora da aldeia, bem como incentivando as lideranças que representam aldeias distintas para auxiliar caciques nas suas ausências.

Na condição de *Omi Apiakane* pude contribuir ao longo dos anos, período de experiência que me permite considerar que houve avanços nas terras indígenas, começando pela demarcação e meio ambiente, educação, saúde, programas sociais que atendem idosos e auxiliam na maternidade. Todos estes avanços são resultados de conquistas do movimento indígena, um espaço de luta coletivo. Nesse percurso, lembro que conseguimos um terreno para construir uma Casa de Apoio na capital Macapá (Amapá) para os povos indígenas do Parque Indígena do Tumucumaque e Rio Paru D'este (do lado leste), espaço esse que foi recentemente reformado. Também conseguimos espaço de comercialização de artesanatos no anexo da Casa do Artesão, de Macapá. Na educação, garantimos a contratação de professores indígenas e não indígenas para as escolas das aldeias e conseguimos construir escolas. Na saúde, lutamos para garantir o contrato dos profissionais de saúde indígena além da construção de Postos de Saúde. Muitos destes acontecimentos foram frutos de minha contribuição direta na linha de frente do movimento indígena.

Um dos maiores ensinamentos que tive em minha vida veio do grande cacique Tuarinker, também conhecido no mundo não indígena como João Aranha. Tuarinker me mostrou como fazer a leitura e o diálogo correto da realidade dos povos, inspirou-me a ter coragem de enfrentar o diálogo, transmitir com transparência as informações, ajudar outros

caciques sem dificultar o trabalho. Aprendi a elaborar documentos para pedir apoio dos órgãos públicos que trabalhavam com povos indígenas, acompanhar trabalhos do povo local e, inclusive, aprendi a participar das reuniões e eventos e saber liderar e organizar povos indígenas. De *Omi Apiakane* – ajudando o cacique Tuarinker – à liderança, foram muitos anos de ensinamentos, experiências que narro e compartilho neste estudo como se fosse uma autoetnografia¹, e que mostram um pouco do caminho percorrido por um jovem indígena que cresceu e aprendeu a importância de ajudar a sua comunidade.

Este trabalho está dividido em duas partes. No Capítulo 1 compartilho minhas memórias e trajetória de vida a partir da narrativa autoetnográfica, destacando minha educação e formação desde criança e jovem, quando me tornei um *Omi Apiakane*, um intérprete entre mundos para a grande liderança Tuarinker. No Capítulo 2, descrevo também a partir da autoetnografia minhas experiências entre o indigenismo de Estado e o surgimento do movimento indígena contemporâneo dos povos Aparai e Waiana. Nessa última parte dedico-me a falar e qualificar nossas lutas e conquistas na Educação Escolar Indígena, na criação e articulação das organizações indígenas, no contexto de demarcação e homologação das Terras Indígenas do Parque do Tumucumaque e do Paru D’este e de outros espaços de atuação do movimento indígena. Compartilho neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) minha perspectiva de história – uma história indígena a partir do olhar e voz Aparai –, assim como minha própria narrativa qualificada por algumas imagens, que foram coletadas juntos aos amigos e conhecidos e dão cor, vitalidade e movimento aos diversos momentos vivenciados, pois nem sempre temos muitas fotografias que registram nosso percurso.

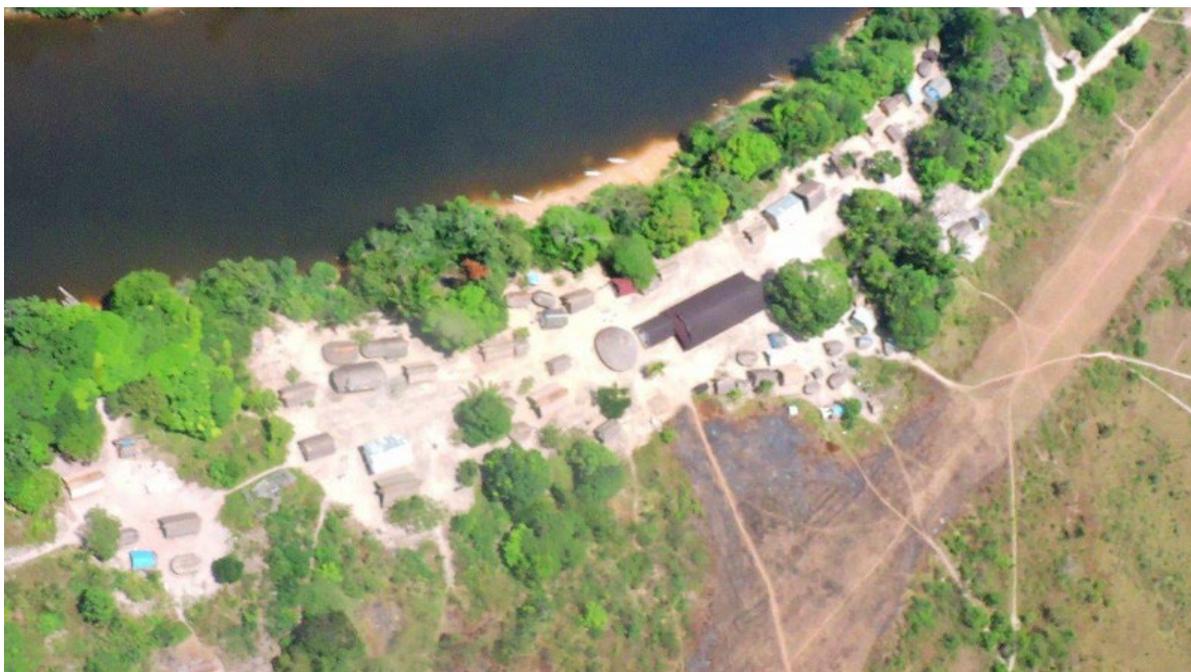
¹ A autoetnografia enquanto percurso de escrita, narrativa e análise foi escolhida aqui por ter se mostrado uma metodologia de pesquisa importante nos estudos indígenas contemporâneos, capaz de potencializar a etnografia, os fatores vividos, relacionais e investigados e o conteúdo em si, a partir de uma capacidade de análise e reflexividade. Este estudo se dedica a escrever de dentro para fora, considerando o olhar indígena sobre os processos vivenciados pelo povo e por mim (SANTOS, 2017, 218).

Capítulo 1

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA: NARRATIVA (AUTO)ETNOGRÁFICA DE UM “INTÉRPRETE”

Me chamo Ariné Waiana Apalai, nasci no dia 20 de março de 1975, na Aldeia Bona do povo Apalai, localizada na Terra Indígena Parque do Tumucumaque, município de Almeirim/PA (Figura 1). Contudo, em meu Registro Nacional de Indígena (RANI) consta que nasci no dia 27 de março de 1972. Isso aconteceu porque o cartório de registros na época exigiu que para fazer o documento de identidade fôssemos maiores de idade, assim, a Fundação Nacional do Índio (Funai) atribuiu mais 3 três anos em minha idade para que eu pudesse viajar e vir estudar em Macapá.

Figura 1: Vista aérea de Aldeia Bona, em 2013



Fonte: Fotografia Ariné Apalai, 2013.

Sou filho de Imeipoty Apalai, conhecido como Mikita, e de Pipina Waiana, conhecida como Enedina. Tenho 3 filhas, *aurihtyamo*² Rosane Waiana Apalai, Ellen Mokinikini Waiana

² Do Apalai, *aurihtyamo*, significa pessoa falecida.

Apalai e Kellen Eriepyny Waiana Apalai, e um filho chamado Kzan Waiana Apalai. Atualmente já sou *tamuru*, ou seja, avô de 6 netos.³

Compartilho a seguir uma fotografia onde apareço fazendo artesanato, no momento da fotografia, tirada em 1992 pela pesquisadora Paula Morgado, eu tinha 17 anos (Figura 2). Desde pequeno me envolvi na aprendizagem e confecção de meus artesanatos, tanto cestaria como também plumas, flechas e bordunas. Costumava imitar tudo que acreditava parecer fácil – apesar de não ser –, assim, podia ajudar a família na comercialização local e nas possibilidades de troca por produtos industrializados, complemento alimentar como arroz, açúcar, café, biscoitos e vestimentas.

Figura 2: Eu, Ariné Apalai, confeccionando artesanato na Aldeia Aldeia Bona em 1992



Fonte: Fotografia de Paula Morgado, 1992.

³ *Tamuru* significa avô. É uma expressão utilizada tanto por homens quanto mulheres apalai para se referir ao avô paterno e materno.

Meu nome “Ariné” é de origem Waiana, herdado de um grande *pyaxi* (pajé)⁴ e *typatakemy* (cacique).⁵ Ariné foi meu bisavô materno, avô de minha mãe, portanto, meu *tamu* (avô). Minha mãe explicou-me que *Tamu* Ariné, desde muito jovem, se motivou e dedicou-se a se tornar *pyaxi*, seu pai o ensinou a se tornar um grande *pyaxi*. Ariné se tornou uma importante liderança espiritual para nossa família e para o povo Waiana, morava na Aldeia Kumareuku no rio Amazonas, onde Ariné faleceu, tendo seu corpo sido cremado no local, a pedido dele. Conforme confidenciou minha mãe, o *pyaxi* morreu conversando com os espíritos. Um de seus filhos, chamado Japaita Waiana, é o pai da minha mãe, meu *tamu*.

Quanto aos meus pais, eles são de duas etnias diferentes. Meu pai é Apalai e minha mãe é Waiana. O meu pai nasceu no baixo curso do Rio Paru e conviveu até sua juventude lá, contudo, sua família fez uma viagem para certa região do Rio Jari, e foi nessa ocasião que meus pais se conheceram. Minha mãe é natural do Suriname, chamada na língua Waiana de Paloemeu, e na língua Aparai de Parumo, ela veio descendo em viagem pela fronteira até chegar na principal cabeceira do Rio Jari com sua família. Segundo meu pai – Sr. Imeipoty – o Rio Jari era e ainda é muito frequentado pelos Waiana do Suriname e da Guiana Francesa, assim, os Aparai sempre faziam viagens com eles e vice-versa.

O objetivo dessas viagens era promover o encontro com familiares e estabelecer troca de objetos e materiais de caça e pesca (arco e flecha), redes de algodão, animais de estimação (cachorros), entre outros, uma forma de comercialização entre povos pertencentes ao mesmo tronco linguístico Karib. Dessa viagem da família materna surgiu o casamento de meus pais. Desde então, minha mãe não voltou para sua terra natal, o Suriname, e ficou, definitivamente, convivendo nas aldeias do Parque do Tumucumaque com outros povos e parentes. As novas relações sociais possibilitaram que minha mãe conhecesse parte de sua família materna, que vivia há muito tempo no Parque do Tumucumaque, no Rio Paru, em sua faixa leste. A família de sua mãe formava um grande laço de parentesco entre os povos waiana e tiriyo daquela região e, ultimamente, a maior parte das aldeias pertencem aos familiares da minha mãe.

Meu pai me explicou que os primeiros encontros que teve com minha mãe – por serem de origens distintas, apesar de falantes de línguas da família linguística Karib – tiveram dificuldades de compreensão ou comunicação. Eles não se entendiam quase nada, não compreendiam a língua do outro, mas, aos poucos, a comunicação surgiu nas duas línguas. Até

4 A palavra *pyaxi* significa pajé na língua aparai.

5 O termo *Typatakemy* ou Tuisa são palavras que utilizamos para chamar o cacique ou líder, recorrentes as famílias Aparai como forma de cumprimento dado às autoridades locais. A palavra Tuisa é um termo específico para denominar as demais autoridades, tanto dentro da aldeia quanto para fora.

hoje é interessante observar a comunicação dos dois, minha mãe fala em Waiana e meu pai responde em Aparai.

A língua aparai, atualmente, predomina nas principais aldeias dos povos Aparai e Waiana. Aparai, com a utilização do “r”, aparece em nossas falas indígenas, assim como na escrita. Enquanto Apalai com “l” vem marcando os sobrenomes nossos e facilita a leitura dos não indígenas. O sistema de intercassamentos é estimulado e cresceu muito entre os Aparai e Waiana, Aparai e Tiriyó, mas sem perder suas referências culturais e tradicionais, somando nestas interrelações os conhecimentos dos antepassados. As crianças e novas gerações aprendem a falar nossas línguas, tornando-se plurilingue com facilidade, constituindo sociedades multilingues. As histórias de nossos povos estão sendo escritas e publicadas em nossas línguas, apresentam elementos da convivência, de nossas terras e artes, como grafismos que são utilizados em vários artesanatos, tanto em Aparai, quanto Waiana.⁶ Há grandes perspectivas de valorizar estas raízes sem perder a cultura e tradição de cada povo. Hoje em dia todos se entendem, lutam e buscam objetivos em comum, defendem as terras, praticam e compartilham tradições, unificam suas culturas sem detrimento de nenhuma, andam juntos em todos os passos, mesmo nas suas aldeias não há separação de moradias, praticamente vivem valorizando o que lhes convém, auxiliam outros povos que não são Aparai e Waiana, o que os tornam acolhedores e colaboradores em todos os sentidos.

Pelo lado paterno, meu pai tinha muitos irmãos que podemos denominar na compreensão não indígena de “primos”, entre a primeira e a terceira geração e que viviam em várias aldeias do Rio Paru D’este, do Rio Paru do Leste, do Rio Jari e do Rio Maikuru,⁷ sendo que os Aparai viviam em maior concentração neste último rio.

O nome indígena do meu pai é Imeipoty Apalai e foi escolhido pela sua mãe. Seu apelido, Mikita, foi colocado por seu Antonio Guilherme, um balateiro⁸ que trabalhava com eles na extração da borracha no Rio Paru. O nome indígena da minha mãe é Pipina Waiana, escolhido pelos pais desde criança, mas ela também é conhecida por Enedina, um apelido atribuído pelas mulheres ou companheiras dos não indígenas balateiros. Segundo Mikita, minha mãe Pipina aprendeu a falar português devido a relação frequente que eles estabeleceram com essas famílias de balateiros, com as mulheres dos não indígenas.

⁶ APALAI, Cecília; APALAI, Ariné et al. **Pake ahtaoturutopōpo poko**. Histórias antigas dos Aparai-Waiana. Macapá: SEED/NEI; APITU; GTZ; Instituto Cultural Brasil-Alemanha; FUNAI, 1996.

⁷ Maikuru é o nome de um rio afluente do rio Jari.

⁸ Balateiro é o nome atribuído para pessoas que extraíam borracha da árvore massaranduba ou *parahta* na língua aparai. Balata é o látex retirado de uma árvore chamada *balateira*, *Manilkara bidentata*, da família das sapotáceas, muito comum na Amazônia. Dela se extrai uma goma elástica parecida com o látex da seringueira.

Meu pai explicou-me que antes de tudo não havia *karaiwa* (brancos) entre nós, mas com o passar do tempo os balateiros começaram a explorar a mata, procurando seringas e balatas para a fabricação de borracha. As seringas ou seringueiras, que em nossa língua é chamada de *Amapa*, são árvores das quais extraímos uma resina leitosa, que podia ser consumida como alimentação. Das árvores *parahta* ou massaramduba, onde se extrai a conhecida “balata”, retiramos também uma resina leitosa que se apresenta como uma cola e não pode ser ingerida. Desse cenário de incursões *karaiwa* pela mata, surgiram relações com os nossos povos, e alguns de nós passaram a trabalhar como mão-de-obra indígena na exploração e extração da borracha, inclusive meu pai. Contudo, a comunicação era difícil, Mikita explica que poucos foram àqueles que chegaram a permanecer trabalhando junto aos *karaiwa* porque não conseguiam dialogar. Na atualidade não existe mais essa relação com os seringueiros e balateiros.

Meu pai, Imeipoty Apalai, quando lhe perguntei sobre seus avôs, informou-me que:

O avô paterno do meu pai não tem visto ele fisicamente, faleceu quando era criança, só a mãe dele viveu e faleceu já no Paru, a Dona Ikereuru Apalai, primeira aldeia que ela morou era Aldeia Itapeky atualmente reconhecido de Terra Indígena Rio Paru. E quanto aos avôs maternos, minha mãe conheceu os pais dela, mas só dois primeiros filhos conheceram os avôs, resto dos filhos e eu não cheguei [*chegamos*] a conhecer meus avôs paterno e materno.

Meu pai é Aparai (Apalai) do Rio Paru e nasceu às margens do igarapé chamado de *Kama*, próximo à Aldeia Parapará. Segundo relatos do meu pai, ele pertence ao subgrupo do povo Aparai chamado Ahpama. Me recordo que estive presente na Assembleia, Etapa Local, da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, que discutiu o tema “A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988”, entre os dias 24 e 27 de junho de 2015, na Aldeia Bona, Terra Indígena Parque do Tumucumaque. Nesse encontro os mais velhos explicaram o nome dos subgrupos de meu povo Aparai, que são: Pirixiyana, Kumakai, Apaga, Arakaju, Kumarawana, Okomoyana, Osenepohnomo, Wezamohkoto, Tunapeky e Kukuyana. Poucas famílias originárias desses subgrupos ainda existem na atualidade, como Ahpama e Pirixiyana, dos quais praticamente todas as famílias das aldeias do Parque do Tumucumaque e do Rio Paru D’este descendem. Os Waiana são subdivididos em Upurui, Oepoeroei, Alakapai, Opakjana, Oreocoyana, Ohkokoyana, Urucuiana e Alukuyana, sendo que maioria destes desapareceram em território brasileiro, sem deixar marcas linguísticas e culturais próprias, assim, apenas dois subgrupos permanecem com crescimento populacional significativo, os Upurui e os Alukuyana.

Não temos estudos sobre esses subgrupos, infelizmente, também não temos pesquisas, carecemos de maiores informações. O que de fato temos consciência é que a formação das

famílias aparai ou waiana descendem desses subgrupos que, na trajetória história, confluíram para relações interfamiliares e intergrupais. Por outro lado, existe um distanciamento de parentes ou descendentes em conhecer suas raízes tradicionais. Percebe-se uma certa falta ou dificuldade no diálogo entre os mais jovens e os mais velhos. São os idosos que conhecem as histórias e como nem sempre compartilham suas memórias, os mais jovens perdem os conhecimentos dos antigos, não sabem suas origens familiares, desprendem-se de viver alguns elementos importantes de cultura, como os rituais e festas tradicionais havendo, inclusive, na atualidade, uma certa tendência na afirmação da língua aparai, em detrimento da língua waiana entre os mais jovens.

O subgrupo ao qual eu pertenço, os Ahpama, eram reconhecidos pelos outros povos por usarem como arma principal o *pyrou* ou flecha. Tinham como característica física predominante a estatura baixa e eram considerados muito fortes. Por ser Waiana, minha mãe pertence ao subgrupo Upurui, de origem Waiana do Suriname, onde vivem há décadas com suas famílias, mas meus pais também têm parentes na Guiana Francesa.

Imeipoty Apalai, meu pai, é natural do rio Paru D'este, onde viviam os Aparai. Mas ele também morou, posteriormente, por cerca de 20 anos, nas cabeceiras do Rio Jari, onde conheceu minha mãe e onde viviam muitas famílias Waiana. A família da minha mãe não aceitou muito bem o relacionamento dela com meu pai, pois não era comum o estabelecimento de casamentos entre os Waiana e os Aparai naqueles tempos, apesar disso, eles casaram e os primeiros filhos que tiveram nasceram no Rio Jari: Mikiri Waiana Apalai e Pikara Waiana Apalai. Como as relações não eram tão boas, meu pai teve que levar minha mãe e sua família para morar no Rio Paru. Assim, os outros filhos nasceram no Rio Paru, dentre eles Ohpomima Waiana Apalai, Oryxima Waiana Apalai – um menino pequeno que sofreu acidente e faleceu – Eu, Ariné Waiana Apalai, Arawaje Waiana Apalai, Mujaré Waiana Apalai e Matanauru Waiana Apalai.

Depois de constituída a família, Tuhpuru Aparai, o avô do meu pai, convidou-o para morar e fazer parte da família no Rio Jari. Contudo, houve pressão da família da minha mãe, pelos Waiana, que não gostavam das relações com os Aparai devido às dificuldades de comunicação, de acesso e distância. Vale lembrar que as referências aos intercassamentos entre os Aparai e Waiana são muito antigas, atravessam os tempos e unem em trajetória e convivência os povos.

Quando um dos meus tios maternos, Sr. Amatoja Waiana Apalai, conheceu minha mãe e meu pai, convidou-os para morar na aldeia dele, chamada Itapeky, no Rio Paru D'este. Apesar de irmãos, minha mãe e meu tio não se conheciam. Eram filhos da mesma mãe, mas de pais diferentes, Amatoja nasceu no Rio Paru e Pipina no Suriname. Meus pais, depois de terem

vivido bastante tempo no Rio Jari, resolveram voltar para ficar no Rio Paru, foi quando meu tio Amatoja convidou eles para conhecer a Aldeia Bona. Nessa ocasião, meu pai conheceu os militares da Força Aérea Brasileira (FAB) e, por saber falar a língua portuguesa, os militares convidaram-no para morar na Aldeia Bona (Aparai) que, inicialmente, se chamava Aldeia Apalai, assim, meu pai poderia ajudar nas relações de comunicação entre a comunidade, os povos e a FAB. Então, saíram da Aldeia Itapeky para morar definitivamente na Aldeia “Apalai” ou Bona, onde alguns primos de parentesco já residiam há algum tempo.

Na cultura dos povos Aparai e Waiana temos que passar, de geração em geração, pelo Ritual *Epurutopo*⁹ ou *Osenematopo*,¹⁰ que marca a passagem da juventude para a vida de adulto, tanto para homens quanto para mulheres. O Ritual ou Festa tem a participação principal de três personagens centrais: a) o *epurukety*, paciente que irá fazer a passagem pelo ritual; b) o *esemy* ou cuidador temporário, que é responsável pela recuperação do paciente, oportunizando a manutenção de adornos, bebidas, espaço, materiais e uma casa de resguardo adequada; e c) *ipurune* (Aparai), encarregado de executar e conduzir a aplicação da ferroada no paciente. O *ipurune* sempre é representado por uma pessoa mais velha da família do paciente. Jovens e crianças não podem conduzir a aplicação desse processo.

Na execução do Ritual, o cuidador *esemy* e sua família são responsáveis pelo participante, contudo, caso alguma mulher esteja menstruada, ela não poderá fornecer refeições a quem está em jejum, entretanto, outros membros da família podem ajudar nessas situações por tempo determinado.

O Ritual tem a finalidade de atribuir sorte nas caças e pescas, força espiritual, boas relações familiares, bom ânimo e vontade nos afazeres e longevidade. Para tanto, é necessário cumprir o “repouso” para poder receber boas intenções, alcançando os resultados. Assim, o jovem será bem sucedido, caso contrário, ao não cumprir criteriosamente o repouso com suas regras exigidas, o *epurukety* causará mal a si mesmo ou ao *esemy*, pessoa que o está ajudando no processo de recuperação, ou ao *ipurune*, pessoa que ajudou no Ritual de execução da ferroada. Um dos principais perigos que interfere no bom resultado do Ritual é o rompimento da proibição das relações sexuais por parte de um dos três personagens centrais.

O Ritual *Epurutopo* ou *Osenematopo* divide-se em sete etapas, podendo ser até mais. Inicialmente, pode ser desenvolvido com crianças, jovens e adultos. O Ritual que marca a

⁹ *Epurutopo* significa local ou período de realização das ferroadas das tucandeiras.

¹⁰ *Osenematopo* é o termo utilizado pelos Aparai para designar o local onde se faz ou se cumpre repouso.

passagem geracional começa com a primeira experiência da ferroada da tucandeira *juku*.¹¹ Essa tucandeira é a que tem a dor mais leve da ferroada. Na segunda etapa, que contempla a passagem da juventude para a vida adulta, experimenta-se a ferroada da tucandeira chamada *irako*,¹² com uma ferroada mais dolorida. A terceira fase ocorre na vida adulta, trata-se de uma experiência complementar, quando a pessoa opta por aplicar a ferroada de marimbondo – *okomo* –,¹³ conhecido como *karanaxi* e como “caba” na região. A próxima etapa é marcada pela recepção da ferroada de outro marimbondo chamado *kapyheu* ou *kaphe*. Em seguida a pessoa recebe a ferroada do marimbondo chamado *sorokote* ou *holokot* e, por conseguinte, recebe a ferroada de uma espécie de formiga preta chamada *Mapara*, considerada a ferroada mais dolorida de todas. A última ou uma das últimas fases ocorre com a ferroada de tucandeira *irako*, quando é feito cortes ou *merie*¹⁴ no corpo inteiro do *ipurukepe* (vítima) com bambu, que deve estar bem amolado para este fim, possibilitando o sangramento, sendo procedida de banho com folha de flecha ou *onumiapo*, uma planta nativa de característica urtigante que gera desconforto, dor intensa e as vezes fraqueza em decorrência da perda de sangue, podendo o adulto até desmaiar.

Durante a realização do *Epurutopo* ou *Osenematopo* se coloca uma peça artesanal chamada *kunana* em formato de animais para homens e na forma quadrada de peixe com plumas de pássaros para as mulheres.¹⁵ Esta peça é confeccionada de palha de inajá ou folha de espinho conhecido na língua Aparai como *murumuru*¹⁶ ou arumã. No centro dessa peça serão fixadas as tucandeiras e os marimbondos.

Esta festa e ritual acontece em várias etapas anuais, quando todas as aldeias podem, obrigatoriamente, participar com a garantia de todo o suporte na colaboração. Cada pessoa convidada será responsável por uma pessoa que passará por essa experiência de “transição geracional” desde o início (primeiras fases) até o fim (última fase). O responsável por ajudar deve tomar todo o cuidado necessário, sendo uma pessoa praticamente insubstituível. A família

¹¹ *Juku* é nome de tucandeiras que são pretas e brilhantes. A ferroada dessa tucandeira provoca muita dor, que passa depois de alguns minutos. A *juku* é utilizada na primeira fase de festa de tucandeiras.

¹² *Irako* é um tipo de tucandeiras que tem ferroada intensamente dolorida e demorada. Costuma ser utilizada na festa de tucandeiras, passagem de juventude para vida adulta, por ambos os sexos entre os Aparai e Waiana. Pode ser utilizada na segunda fase de festa de tucandeiras.

¹³ *Okomo* é o nome dado pelos Aparai aos marimbondos. Comumente são utilizados na festa de tucandeiras. O mais utilizado é o *Tyrehmenu*, que é bem escuro e apresenta sinal amarelo nas costas.

¹⁴ *Merie* é o nome de uma das etapas do Ritual que marca a passagem da puberdade para a vida adulta. É pouco realizado pelos Aparai, pois o Ritual é doloroso e não está sendo praticado ultimamente. Nessa etapa, provoca-se cortes na pele em virtude da fricção com o bambu afiado ou com dentes de peixes afiados. Para saber o local exato onde serão promovidos os cortes no corpo do paciente, realizam-se chicotadas que marcam a pele para a execução do *merie*.

¹⁵ *Kunana* é uma peça artesanal confeccionada para colocar as tucandeiras, sua pintura é feita com plumas de pássaros sagrados.

¹⁶ *Murumuru* é o nome de espinho do mato muito perigoso, suas frutas são consumidas pelos povos indígenas.

pode ajudar, mas não é a primeira opção. Esse responsável, inclusive, promove os cuidados pessoais, como a preparação de adornos, instrumentos de danças, refeições, bebidas, espaço físico, local das danças, entre outras responsabilidades.

Todo o processo do ritual, constituído por diversos momentos distintos, é chamado de *Okomo*. Os envolvidos e selecionados para o ritual colaboram com várias atividades da festa, engajam-se como um grande mutirão de pessoas e comunidades convidadas. Em seu encerramento, após o fim da última fase do ritual marcado pela ferroada, os convidados responsáveis pelos experimentados no Ritual irão cuidar destes por alguns dias, para que possam se recuperar, sendo posteriormente devolvidos às suas famílias.

Uma ação importante e que marca o fim deste Ritual é a raspagem dos cabelos da cabeça de todos os participantes *epurukety* de ambos os sexos, homens e mulheres envolvidos. Para encerrar definitivamente o Ritual amarra-se no umbigo um cordão chamado *mauru* no participante *epurukety*, que provavelmente está bastante debilitado pelas etapas do Ritual. O fio ou cordão *mauru* (algodão) tem a finalidade de evitar o desenvolvimento de problemas no corpo do *epurukety*, como a erupção de hérnia, o crescimento abdominal e as consequências físicas negativas decorrentes de caminhadas ligeiras. A família do participante é responsável por amarrar o *mauru* na direção de umbigo em formato circular na cintura. A permanência terá duração por tempo determinado até o fio soltar ou apodrecer por si mesmo. Nesse momento, o cuidador *esemy* devolve o participante à família junto com todos os materiais utilizados durante o Ritual.

O meu pai percebeu que eu não poderia participar de *Epurutopo* ou *Osenematopo*. Conversou bastante com minha mãe, ela queria muito que eu passasse por esse ritual, mas meu pai negou e não ficou convencido da necessidade destes ritos e regras. *Papa*¹⁷ não me deixou passar por isso por acreditar que eu poderia sofrer, principalmente com a demora de uma festa muito longa, ferroadas perigosas e doloridas, podendo causar desmaio ou sequelas. Havia por parte de meu pai uma preocupação referente a série de regras que devem ser seguidas e respeitadas, tanto para o meu bem quanto para o dele. Romper com estas regras, não as cumprir adequada e tradicionalmente, implica em consequências tanto para o jovem que participa do ritual quanto para os pais. Dessa forma, como eu não me iniciei nos ritos obrigatórios do *Epurutopo* ou *Osenematopo*, meu pai fez questão que eu participasse no acompanhamento de todas as fases do Ritual, auxiliando nos ensaios das danças que acontecem antes da realização

¹⁷ *Papa* é um termo de cumprimento, de respeito e identificação, atribuído ao papai no cotidiano. Utilizado tanto pela família paterna quanto materna. As famílias chamam os tios do lado paterno também de *papa*.

das festas, assim como aprendendo junto com os mais velhos experientes a tocar as flautas¹⁸ e a entoar os cantos.

Quando fomos morar na Aldeia Bona ou Aldeia “Apalai” meu pai reencontrou outras famílias, entre elas algumas primas legítimas que não conhecia, como Amakauru Apalai, Nohpoimo Apalai e Marina Apalai. Essas três primas de meu pai viviam em suas próprias aldeias, com familiares. Meu pai costumava realizar visitas nas aldeias de minhas tias. Eu e minha irmã Oryxima moramos um tempo com minha tia Nohpoimo Apalai, foi essa tia quem criou a minha irmã Oryxima desde criança até juventude. Eu convivi muito tempo com esta tia, pois eu acompanhava seu esposo, Saiarepó, que era um *pyaxi* (pajé) muito sábio e respeitado espiritualmente. O *pyaxi* Saiarepó contava-me que, durante a noite, ele buscava o conhecimento e ajuda, no dia seguinte, passava transmitindo os conhecimentos importantes e válidos para a família e toda a comunidade. *Pyaxi* orientava sobre ervas que curavam doenças provocadas por outro *pyaxi*, doenças crônicas e doenças mentais, entre outros, explicava de onde poderiam ser extraídas as ervas e suas formas de tratamento. Costumava dormir tarde e acordava de madrugada, sempre prevendo algo muito tempo antes de acontecer, por isso costumava avisar o responsável pela aldeia ou comunidade para reverter tais doenças que viriam a atingir as comunidades.

Ainda, *Pyaxi* podia descobrir doenças espirituais, envenenamentos, intoxicações e feitiços, inclusive falava quem era o “autor” dessas provocações. Nossa tia Nohpoimo ajudava diariamente na aldeia, conforme as orientações do *pyaxi*. Recordo-me que todos os dias ela avisava para ter cuidado na aldeia, bem como no entorno, sobretudo durante a noite, pois para *pyaxi* era o momento em que os espíritos estavam se reunindo para trazer comunicação de longe, como de outras aldeias da região e de países, como do Suriname. Nosso *pyaxi* poderia identificar quem era o *pyaxi* que estava fazendo ou mandando coisas ruins para nossa aldeia.

Boa parte da família do meu pai fala mais Aparai do que Waiana, isso fez com que a maior parte de meus irmãos falassem mais Aparai do que Waiana, com exceção de meus irmãos mais velhos, que dominam bem a língua Waiana. Na minha infância, minha mãe conversava em Waiana comigo, porém, eu brincava muito com meus primos, que eram Aparai, essas

¹⁸ Existem vários tipos de flautas utilizadas nas festas e rituais dos povos Aparai-Waiana, mas a principal deste Ritual *Epurutopo* ou *Osenematopo* é a flauta *Turekoka*. Existe também outra flauta chamada *kurekure*, exclusivamente utilizada neste mesmo Ritual *Epurutopo* ou *Osenematopo*. Os jovens rapazes participantes executam treinos com as flautas desde o início até o fim, enquanto as jovens moças participantes formam um casal com os rapazes e os acompanham até o encerramento. Enquanto o *esemy* é responsável por cavar dois buracos próximos, com aproximadamente 1 metro e meio de largura e um 1 metro de profundidade, os rapazes tocam as flautas em som alto e os outros participantes dançam em torno do local cavado, sendo que cada casal de participantes do Ritual reveza-se mudando de posição e dançando durante a noite toda.

relações dominaram e acabei não praticando minha segunda língua, mas entendo, falo e escrevo, depois que me tornei adulto tive a oportunidade de praticar e conhecer os primos e primas que sempre vinham para visitar minha mãe. Hoje em dia sou falante de três línguas do tronco linguístico Karib: Aparai, Waiana e Tirió, mas minha primeira língua é o Aparai.

Capítulo 2

ENTRE O INDIGENISMO E O MOVIMENTO INDÍGENA: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS POVOS APARAI E WAIANA

Meus pais foram conduzidos por meu tio Amatoja e cacique de nossa Aldeia Itapeky e se encontraram com muitos dos nossos parentes em um lugar que seria chamado de Aldeia “Apalai” ou Bona exatamente na época em que a FAB e a Funai estavam construindo uma pista de pouso de avião em nossas terras com a finalidade de dar “assistência” e “proteção” aos povos que consideravam “isolados” e de “recém contato”. No final dos anos 1960 construíram pistas de pouso nas maiores aldeias dos povos a serem atendidos, em um primeiro momento na Aldeia Missão Tiriyó e na Aldeia Kuxaré, ambas aldeias principais do povo Tiriyó, posteriormente na Aldeia Apalai (Bona). Naquele momento nossas terras indígenas ainda não estavam devidamente demarcadas e homologadas, aos olhos dos não indígenas eram apenas territórios brasileiros dos municípios regionais. Nossas terras, que circulavam a principal Aldeia Apalai (Bona), eram compreendidas simplesmente como pertencentes aos municípios de Almeirim e Alenquer, no norte do Pará; e Laranjal do Jari, no Amapá. Já a Aldeia Missão Tiriyó e Aldeia Kuxaré integravam aos municípios de Óbidos, Alenquer e Oriximiná, no norte do Pará.

Meus pais falavam português e os militares os convidaram para morar na “nova” Aldeia e se juntar aos outros primos que já estavam residindo no local. Estes militares construíram nessa nova aldeia um pequeno destacamento militar entre o final dos anos 1960 e início de 1970, contudo, ficaram pouco tempo na Aldeia Apalai, por certo, permaneceram somente enquanto construíam tal pista (ver Figura a seguir). Antes mesmo dos militares chegarem para a abertura da pista, já havia no local uma pequena pista de pouso aberta que servia aos interesses dos garimpeiros e balateiros dentro de nossas terras. Eu já nasci quando a FAB e a Funai estavam entre nós, envolvidos na pista de pouso em construção.

As nossas terras antes mesmo de serem demarcadas eram de livre acesso para garimpeiros, balateiros, gateiros e missões religiosas diversas. Segundo meu pai, os garimpeiros já circulavam muito antes de todos os outros invasores e órgãos em nossas terras, espalhados em vários lugares ao longo do Rio Paru e igarapés. Inclusive, explicou-me que alguns indígenas estavam envolvidos com esses trabalhadores, servindo de mão-de-obra. Em 1991 tive um primeiro enfrentamento em minha atuação política, ou seja, denunciar a invasão da Terra Indígena Parque do Tumucumaque pelos garimpeiros, momento em que tive que acionar a

Funai e a Polícia Federal para apreensão e remoção dos invasores. Nessa futura aldeia – Bona – eram poucos indígenas Aparai e Waiana que viviam, alguns deles já auxiliavam na construção de pistas de pouso com a FAB e, mesmo assim, tinham dificuldades, pois os Aparai e Waiana não sabiam falar o português, tornando a comunicação complicada.

Na abertura e construção de pista de pouso, os militares da FAB nominaram a Aldeia de Aparai, em referência ao nome do povo que ali vivia. Posteriormente, essa Aldeia passou a se chamar Bonn ou Bona, por influência do “refugiado” alemão que veio residir em nossas aldeias no período pós 2ª Guerra Mundial. Manfred Rauschert viveu muitos anos entre nós, povos indígenas Aparai e Waiana, durante a ditadura civil-militar e fez registros sobre estes contatos, foi ele quem atribuiu o nome da aldeia em homenagem a sua cidade natal, Bonn, na Alemanha.

Figura 3: Fundação de aldeia Bona, seu primeiro nome era Apalai, durante e depois da construção de pista de pouso, de 1960 a 1970



Fonte: Museu Goeldi, Belém (cedida por parentes nas redes sociais).

Os indígenas que ajudaram os militares da FAB na abertura e construção da pista de pouso foram Francisco dos Santos Pisa, chamado na língua Kototo Waiana; Jaké Apalai,

conhecida liderança indígena na época; Tuarinker Waiana Apalai, também liderança indígena que, posteriormente, foi indicado para ser o primeiro cacique na aldeia entre os anos de 1973 e 2014; Aikupimã Waiana, Timi Tiriyó e Warema Waiana. Estes indígenas apoiaram a FAB e a empresa responsável pela abertura e construção da pista de pouso, chamada Comissão de Aeroportos da Região Amazônica ou, simplesmente, COMARA. Contudo, além desses indígenas, tiveram outros que participaram também na fase final da construção. Essa nova aldeia junto à pista de pouso possibilitou o reencontro de familiares de outros lugares. Após a finalização da pista, muitos decidiram ficar para morar, outros não quiseram e foram embora para suas aldeias.

Os militares viviam nos dando “susto” nas redondezas e mesmo na aldeia, pois eles praticavam “tiros” em cupinzeiros com metralhadoras, nas árvores e em animais. Esse cenário gerava desconforto entre as famílias indígenas que vinham de outros lugares, por isso nem todos vieram a residir naquela aldeia, muito deles voltaram, sobretudo às suas aldeias, em face desses acontecimentos. Essa situação permaneceu por alguns anos, até a saída e término da construção da pista de pouso, que até hoje existe na Aldeia Bona.

Japohpo Tuarinker¹⁹ era meu tio por parte de meu pai, educou-me e orientou-me com muito respeito e dedicação. Era uma pessoa muito inteligente, atenciosa em tudo que fazia e com uma sensibilidade para compreender em profundidade o que se passava ao seu redor. Tinha uma capacidade aguçada de percepção sobre as pessoas, era um cacique muito corajoso na sua fala, encarava com autoridade e autonomia as relações com as pessoas, inclusive não indígenas, às vezes precisava dar um puxão de orelha em nós, bem como em não indígenas. Esse homem – cacique Tuarinker *aurihtyamo* (falecido) – me conquistou, contribuiu no meu envolvimento com nossas demandas de valorização do povo, e foi através da sua atuação que eu passei a ajudar na interlocução entre o mundo indígena e não indígena. Consequentemente, segui o caminho exemplar de liderança que ele me deixou.

Eu costumava prestar muita atenção nas falas de *Japohpo*, pois me competia fazer a interpretação e a tradução das conversas com os não indígenas nas reuniões que ele participava. Essa relação me envolveu e ajudou a tomar a decisão de seguir esse caminho de vida: o movimento indígena. Apesar de eu não ser um dos 5 filhos e 5 filhas de Tuarinker, ele me escolheu, cativou e envolveu-me na política indígena. *Japohpo* se reuniu com meu pai Mikita e com meu outro tio Kototo em uma manhã. Eu costumava acompanhar estas reuniões dos mais velhos para ajudar como intérprete junto do meu pai. Quase todos os dias a noite eles se

¹⁹ *Japohpo* se refere somente aos tios ou primos pelo lado paterno da família na língua aparai.

juntavam ao redor do fogo e fumavam seu tabaco *tawari*. Eu participava como tradutor, interpretando as reuniões para os não índios e para os indígenas que não entendiam o português. Essas reuniões realizadas entre as lideranças e os órgãos públicos com a Funai e a FAB necessitavam de intérprete. Paulatinamente, passei a ser chamado às reuniões, viagens e outros eventos e, dessa forma, me ausentava muitas vezes da sala de aula.

Além de intérprete dos mais velhos, sobretudo de Tuarinker, todas as manhãs e nas horas vagas *Japohpo* chamava-me para orientar na condução das reuniões e interpretação delas. Nessas orientações, o cacique Tuarinker me informava como eu deveria proceder no encontro, reunião, evento ou nos momentos em que ele e outros caciques articulavam com os órgãos públicos do governo federal, estadual e municipal. Assim, cabia-me ajudar os caciques na elaboração de cartas, radiogramas, convocação de reuniões, transmissão de noticiários sobre saúde, educação, assistência social da Funai para demais aldeias adjacentes. Nessa época havia distribuição de gêneros alimentícios, materiais de roçagem, combustíveis, fornos, motores de barco, enfim, competia-me a tarefa de ajudar na condução e instrumentalização das relações com os não indígenas.

2.1 O surgimento da “educação escolar” entre os Aparai e Waiana

O grande cacique Tuarinker, assim como muitos antigos, não frequentou a escola, um espaço que não pertencia ao seu mundo. Assim, não sabia ler e nem escrever. A escola se consolidou entre o meu povo através da atuação dos missionários do SIL (*Summer Institute of Linguistics*) que estiveram na aldeia e conduziram o ensino escolar. Uma das primeiras professoras e missionárias que nos auxiliou foi Iracema Ferreira.

Pessoalmente, tive contato com representantes do SIL desde que nasci. Quando eu era criança conheci o casal missionário Eduardo e Sally Koehn, seus filhos Briann, Margarida e Robert vinham passar férias nas aldeias junto com os pais e conosco, pois estudavam nos Estados Unidos da América, país de origem da família.

O SIL iniciou seus trabalhos missionários entre nós, inclusive na área da educação escolar, pouco antes da chegada da Funai e da FAB, em 1968, permanecendo até o ano de 1992. Quando o SIL foi embora de nossas aldeias eu já era jovem e ainda não tinha saído para estudar fora. Inicialmente, a educação escolar entre nós foi desenvolvida pelo SIL, na pessoa de Sally Koehn, que percorria as várias aldeias, atuando de forma intermitente. Como tínhamos muitas crianças e jovens nas diversas aldeias, a instituição iniciava e permanecia por algum período

com as atividades escolares, contudo, assim que a Funai chegou, o órgão indigenista passou a trazer professores para continuar a lecionar aos estudantes indígenas, preenchendo inicialmente as lacunas da educação escolar que havia.

A Funai construiu uma pequena escolinha na Aldeia Apalai (Bona), mas os indígenas não entendiam para que servia a escola. A pedido de meu tio Amatoja (cacique), havíamos retornado para a Aldeia Itapeky que se localiza longe e à jusante da Aldeia Apalai, era lá que estavam as nossas roças. Naquela época as viagens das famílias Aparai não eram fáceis, a maioria utilizava canoas a remo, hoje são canoas com motor de popa. Eu nasci na Aldeia Apalai (Bona), contudo, não me recordo da entrada da Funai e de outros agentes públicos nesse período, pois eu era bebê. Contudo, quando estávamos visitando a Aldeia Apalai uma triste situação ocorreu na Aldeia Itapeky, meu irmão mais velho foi atacado por um catitu que se desprende da gaiola, vindo a falecer. Então meu pai decidiu que iríamos voltar a morar na Aldeia Apalai.

A escola na Aldeia Apalai ficava próxima do alojamento dos militares da FAB, no Centro da aldeia, onde situavam as casas tradicionais dos Aparai. Minha primeira professora se chamava Iracema, foram os missionários que a trouxeram em 1984. A professora não falava na língua e nunca aprendeu, somente se comunicava no português, contudo, essa comunicação era muito complicada e difícil para nós, ainda que tivéssemos pessoas mais velhas na escola que ajudavam na interpretação com os não indígenas. A escola recebia alunos de todas as idades, era uma turma multisseriada de estudantes indígenas, crianças, jovens e adultos. Os mais velhos, que já haviam estudado na escola da Funai, falavam um pouco o português, mas nós, crianças e jovens, não falávamos e tivemos inúmeras dificuldades com a professora Iracema.

Ao iniciar meus estudos na escola, nas séries iniciais, eu iria aprender a ler e a escrever em minha própria língua, mas meu pai não gostou de saber dessa forma de ensino. Quando a professora Iracema começou ensinar as turmas, todos ficaram felizes, porém, alguns dias depois, os alunos indígenas, em sua maioria, como crianças, jovens e adultos, perceberam que a professora gritava muito com eles e alguns passaram a sofrer “palmadas” e “repreensão” na escola. Isso trouxe preocupação aos pais. Meu pai afirma que aprendeu a falar português com os balateiros e gateiros, sem entrar na escola, e, inclusive, sem apanhar como eu. A ação de “repreensão” da professora irritou meu pai e outros pais. Como aluno enfrentei essa situação, mas apesar disso, meu pai via na escola uma oportunidade para aprender outras coisas, como a língua portuguesa, ele acreditava que a partir dos conhecimentos adquiridos na escola eu poderia ajudar a família. Aos poucos meu pai percebeu a importância do estudo para os filhos, foi até por isso que ele parou de viajar para outras aldeias, pois meus irmãos precisavam estudar

também, como eu. Contudo, meus irmãos não continuaram a estudar, a maioria deles não chegou sequer no final do ano letivo. O ensino em uma turma multisseriada não deu certo, posteriormente a escola criou uma outra turma pequena, para atender alguns alunos com estudos incompletos que precisavam concluir, eu estava neste pequeno grupo de quatro alunos. No início da educação escolar tivemos que adquirir os livros escolares com missionários em troca de artesanato que nós mesmos produzimos.

Além de promover o ensino na educação escolar, o SIL trabalhava na transcrição e elaboração de pequenas cartilhas na língua aparai e na língua portuguesa, bem como na tradução da Bíblia na língua aparai. O casal de missionários auxiliava a comunidade na extração de madeira para cobrir as casas, na realização de palestras educativas sobre cuidados para mulheres e jovens, na construção de pequenos vocabulários para facilitar a comunicação e, nas horas vagas, faziam consertos em alguns motores de popa das comunidades. O casal Koehn atuava na aldeia de diversas formas, Sally era formada em enfermagem e em linguística, o casal era norte-americano e aprendeu a falar bem a língua aparai, eles não conversavam em hipótese alguma em português com famílias aparai, por isso o povo vivia na casa deles, passaram a residir somente em uma única aldeia, na Aldeia Apalai, e todas as comunidades ajudavam na oferta de alimentos necessários para eles.

Inicialmente foi difícil para mim, mas consegui aprender a escrever e a ler, por sinal, vivia lendo os livros adquiridos do SIL para poder aprender uma nova língua, o português. Quando estava terminando o meu estudo na 3ª série, já dominava o português e a professora começou a repassar informações sobre o meu desenvolvimento ao cacique e lideranças. Isso trouxe perspectiva de futuro. Minha capacidade na interpretação e tradução da língua para o português ficou clara para o cacique. Eu nem percebia isso, apenas continuava meus estudos silenciosamente, ficava em casa horas e horas lendo e escrevendo, só saía para me divertir quando meus primos chegavam em casa e me buscavam para pescar e jogar futebol, entre outras brincadeiras indígenas na infância e juventude. Mas sempre voltava preocupado com meus cadernos e livros.

Em 1986 a professora Iracema foi embora da aldeia e chegou a professora Liliane, que permaneceu apenas um semestre e foi embora, pois não se adaptou. Nesse período já havia desentendimentos do SIL com o órgão indigenista da Funai e com a FAB. A presença de professores do SIL, de missionários atuando na educação que não compartilhavam dos pressupostos do indigenismo da Funai, gerou conflitos na aldeia, os chefes de postos da Funai não gostavam da permanência deles ali, isso levou a uma situação crítica interna nas relações. Na véspera da saída do SIL e da FAB de nossas terras, entre os anos de 1991 e 1992, eu

presenciei algumas vezes discussões paralelas entre o SIL e a Funai, inclusive atritos dos militares da FAB com o SIL. Os militares da FAB sempre perguntavam informações sobre estes “americanos”, de onde vinham e qual era o papel deles em nossas aldeias. Por fim, não aceitaram mais a permanência do SIL na aldeia. Os missionários não apareciam na aldeia quando o avião da FAB transitava entre as aldeias e Belém, para evitar conflitos entre eles.

Iniciei meus estudos na Aldeia Bona em 1985, com o apoio do SIL, ao lado de outros estudantes como Mauraiky Waiana, também conhecido por Ocimar, Enemha Apalai e Ona Apalai, tornamo-nos alunos da professora Josinete Oliveira Barbosa. Terminamos a 4ª série em 1988.

A professora Josinete chegou no Bona em julho de 1987. Ela foi contratada pelo SIL até 1992. A pedido do cacique, entre 1993 e 1995 ela foi indicada para contrato administrativo do Governo do Estado do Amapá, depois passou a ser efetiva do Estado, exercendo função de professora Classe-A entre 1995 e 2016. E, desde 2017, exerce suas atividades no Núcleo de Educação Indígena (NEI), tornando-se a única professora que teve boa atuação por longo tempo na Aldeia Bona, onde costumava passar meses sem retornar à cidade. Essa professora foi responsável por formar várias turmas de Ensino Fundamental, séries iniciais (1ª a 4ª séries).

Mas retornando a falar em *japohpo* Tuarinker, é importante dizer que o que me impressionava muito era sua postura de líder. Era uma liderança empoderada e prestativo, com grande poder de decisão. *Japohpo* conversava horas e horas com *papa*, e nessas conversas o *typatakemy* (cacique) falava de mim e eu ficava ali próximo, curioso com tudo. *Papa* não ligava para essas conversas de *typatakemy* sobre mim, apenas respondia sem ter noção da verdade do que estava sendo tratado. Os anos se passaram e *papa* e *japohpo* sempre estiveram bem próximos. Todos os dias um visitava o outro.

A nossa grande liderança sempre estava preocupada com tudo e com todos. *Typatakemy* (cacique) prestava assistência às lideranças das outras aldeias, todos vinham pedir apoio ou algo dele, e assim por diante, sempre estavam unidos para decidir algo entre eles. Visavam buscar alternativas de assistência junto aos órgãos indigenistas do governo federal.

Typatakemy (cacique) “detestava” a atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) em toda a área, nesse contexto, ele proibia o ingresso de algumas ONGs, com exceção do SIL. Uma das principais ONG que *typatakemy* não gostava era o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que atuava junto aos demais indígenas da região, no caso os Wajãpi. *Typatakemy* (cacique) explicava que os agentes da Funai e outros indígenas falavam que essas ONGs não traziam esperança para os povos indígenas e que faziam exploração de minérios. Enfim, *typatakemy* não gostava, acreditava nas palavras do governo (Funai e FAB).

É importante considerar que nesse contexto de relações entre *typatakemy* (cacique) e o indigenismo brasileiro estabeleceu-se uma rede de trocas e confiança. A Funai e a FAB promoviam “assistência” na aldeia principal, forneciam uma série de mantimentos, como alimentos, materiais de limpeza e roçagem e passagens aéreas, os órgãos promoviam a remuneração financeira de Tuarinker para manter a pista de pouso sempre limpa e disponível para os aviões. Tudo isso possibilitou a aproximação e a construção de boas relações sociais, bem como a permanência da Funai e da FAB entre nós.

Naquela época, por acreditar que os espíritos maus estavam afetando todos, *typatakemy* (cacique) passou a não deixar os *pyaxi* (pajés) atuarem na comunidade em face da crescente e significativa mortalidade de pessoas na Aldeia Apalai. Tais mortes na comunidade eram frequentes e “possivelmente” provocadas por algumas doenças ou feitiços, inclusive, atribuídas aos próprios *pyaxi* (pajés). Estava acontecendo em nossa aldeia mortes de pessoas que, sem sabermos os motivos, simplesmente, faleciam. Não se entendia por que morriam, pois não haviam prejudicado ninguém. Percebia-se que apareciam doenças de forma repentina. Em consequência dessa situação, os *pyaxi* (pajés) passaram a fundar suas aldeias bem longe da aldeia maior, não por medo, mas sim por precaução e receio de serem culpabilizados. Devido a essas situações, alguns líderes viajaram para outros lugares/aldeias à procura de novas perspectivas de vida.

Minha ajuda à minha comunidade acontecia por intermédio da escrita, leitura, tradução, interpretação e nas relações estabelecidas com os não indígenas. Todo documento que costumávamos elaborar, o cacique Tuarinker assinava com a sua digital (polegar), ele confiava muito em mim, e eu nele. Assim, todos os documentos e importantes papéis do mundo não indígena eram feitos como ele orientava, visando sempre a garantia das necessidades das comunidades Apalai, Waiana e das outras aldeias.

O envolvimento desde jovem com *Japohpo* (meu tio) possibilitou que eu me tornasse uma liderança junto aos caciques. Desde então venho construindo minha relação política com os 23 caciques da minha região e com as lideranças de outras regiões. Esse exemplo de vida na política indígena deixado por ele continua firme na minha atuação no movimento indígena, pois visamos sempre apoiar o povo. Em virtude de todo esse engajamento, me transformei em uma liderança na aldeia principal dos Apalai, Aldeia Bona. Em cada viagem que fazia, tinha a incumbência de transmitir as demandas de nossas lideranças Apalai e, ao mesmo tempo, de dar retorno sobre os acordos e resoluções que eram solicitadas.

No ano de 1988 a Funai se instalou na cidade Macapá e passou a dar assistência aos Apalai e Waiana na Aldeia Bona, essa aproximação do indigenismo foi fruto das nossas

reivindicações. Até então, o atendimento do órgão indigenista da Funai era realizado em Belém, mas quando passou a ser realizado em Macapá, melhorou bastante por termos apoio mais próximo do que tínhamos. Em Belém até mesmo o acesso via transporte aéreo era mais complicado. Em Macapá a Funai conseguiu trazer e instalar uma administração regional na capital com capacidade para atender não somente os povos indígenas Aparai e Waiana, mas também os outros povos do Amapá e norte do Pará, como do Parque do Tumucumaque, Wajãpi e do Oiapoque. Posteriormente, instalaram um Posto Indígena (PIN) na Aldeia Apalai (Bona) e que não tinha membros da Funai residindo de forma fixa. A partir de então, a Funai se aproximou do recém-criado Governo do Estado do Amapá para articular forças na atuação do indigenismo na região.

Figura 4: Cacique Tuarinker Apalai (centro), em diálogo com o administrador regional da Funai Frederico de Miranda Oliveira (esquerda) sobre políticas públicas de educação e saúde, na sede regional da Funai em Macapá-AP, 1988



Fonte: Acervo de Frederico de Miranda Oliveira, 1988.

Assim, pude continuar meus estudos de Ensino Fundamental, séries finais (5ª a 8ª série), com o apoio da Funai, em Macapá, por meio de supletivo. Desde então começamos a buscar a

educação escolar fora da aldeia, com o apoio da Funai que, inclusive, era responsável pela promoção da educação dos povos indígenas na época. Saí pela primeira vez de nossas terras para fazer meus documentos básicos pessoais e continuar meus estudos. Viajei em outubro de 1988 com o apoio do chefe do Posto Indígena Apalai da Funai. Essa viagem foi através de carona no voo da FAB, pois a Funai sempre tinha parceria com esse órgão federal na terra indígena.

Em 1989 eu e Maruanari Apalai Waiana estagiamos na Escola Indígena, na Aldeia Bona, junto com professores não indígenas. Naquele momento a nossa escola era gestada pela Funai em parceria com o SIL, assim, inicialmente assumimos como monitores e éramos apoiados financeiramente pelo SIL.

Em 1990 comecei a participar de pequenas reuniões com caciques e lideranças na Aldeia Bona, ajudando como intérprete da língua Apalai para o português. Também ajudei a atender as demandas do Posto Indígena da Funai, recém implantado. No Posto, eu ajudava com a radiofonia, recebendo e enviando radiogramas e, também, na elaboração de documentos oficiais, estabelecendo uma ponte de comunicação entre a Aldeia Bona e a cidade de Macapá. A comunicação entre aldeias do Parque do Tumucumaque até os dias atuais é realizada prioritariamente via radiofonia.

Até o ano de 2019 não tínhamos internet. Em 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, foi instalado o primeiro ponto de acesso à internet na Aldeia Bona, onde se tem todo suporte necessário. A internet foi instalada em uma parceria da Associação dos Povos Indígenas Waiana-Aparai (APIWA) e Articulação das Mulheres Indígenas Waiana-Aparai (AMIWA) com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ). Em 2021 foi instalado mais 22 pontos de acesso à internet nas aldeias Parapara, Xuixuimene, Jaherai, Matawaré, Manau, Cachoeirinha, Pururé, Itapeky, Kurumurihpano, Ananapiare, Jorokomã, Xihtare, Tapauku, Murei, Maxipurimo, Taunumai, Tyryrymano, Iriwa, Kurieukurutary, Aramapuku, Arawaka e Kurupohpano, com objetivo de ajudar na saúde indígena e combater a COVID-19, mas também nas ações de educação, meio ambiente, território e na divulgação do Projeto de Agricultura e Manejo das Mulheres Indígenas Waiana-Aparai, que tem o apoio do IEPÉ através do Projeto Omopara. O nome deste Projeto, Omopara, foi escolhido em uma assembleia das mulheres e faz referência a um personagem da mitologia aparai que cuidava de todas as plantas alimentícias e utilizadas na medicina do povo.

Nos anos 1990, os povos indígenas do Tumucumaque, do Oiapoque e Wajãpi do Amapari começaram se articular e participar de pequenas reuniões promovidas pela Funai de Macapá. Desde então, constituímos uma aliança que iniciou na década de 1990 e se estende até

os dias de hoje, cada vez mais forte. Muitos dos caciques que fizeram essa aliança já se foram, mas deixaram como herança estes caminhos políticos para as novas gerações, que desde então passaram a reunir e conduzir as grandes mobilizações indígenas em nível regional e nacional.

A Educação Escolar Indígena entre os povos aparaí e waiana começou a ser instituída plenamente na década de 1990. No ano de 1992 tivemos o primeiro professor indígena, Paulo Ronaldo Apalai, através do contrato administrativo. Este professor foi contratado pelo Governo do Estado do Amapá para atuar no Ensino Fundamental e, desde então, nós, povos aparaí e waiana, passamos a organizar turmas por série e a gerenciar nossas escolas, distribuindo professores, realizando o censo escolar e a implementação de escolas em outras aldeias. O Governo do Amapá passou a assumir a responsabilidade da educação, enviou mais professores não indígenas para lecionar na primeira escola da Aldeia Bona, chamada Escola Indígena Estadual Imakuana Amajarehpo.

Nessa luta pela implementação da educação escolar conseguimos mais contratos administrativos para professores com o Governo do Estado do Amapá. Assim, passei a atuar como professor do Ensino Fundamental da Escola Imakuana Amajarehpo ao lado de Maruanari e da professora não indígena Josinete. Minha atuação como professor se estendeu de 1993 até 1999, sendo que, nesse período, só tínhamos uma escola na região para atender aos povos aparaí e waiana. A partir de então, algumas aldeias enviavam seus jovens para estudar na Escola do Bona, onde permaneciam meses estudando. Alguns ficavam o ano inteiro para concluir o estudo devido à distância, pois, além de nós professores indígenas, havia mais professores não indígenas da Funai e do Governo do Estado do Amapá. Tínhamos a incumbência de implantar e regularizar o Ensino Fundamental nas aldeias e promover a instalação de pequenas escolas nas aldeias menores junto aos caciques e comunidades.

Em 1994 a Funai instalou uma Escola na Aldeia Xuixuimene, com uma professora não indígena servidora da Funai, sendo que ainda neste ano os caciques de outras aldeias começaram a levar alguns jovens para estagiar na Escola do Bona. O Governo do Amapá possibilitou que professores indígenas em formação pudessem fazer estágios com os professores não indígenas, sobretudo nas séries iniciais.

Em janeiro de 1997 participei do curso de capacitação de professores indígenas na Aldeia Xuixuimene. Entre 17 e 21 de novembro do mesmo ano fiz parte da Comissão de Professores Indígenas do Amapá e norte do Pará na 1ª Conferência Ameríndia de Educação e I Congresso de Professores Indígenas do Brasil realizado em Cuiabá, Mato Grosso (Figuras 05 e 06). Também realizei várias palestras sobre educação indígena nas escolas públicas e privadas do Estado do Amapá e participei de oficinas na Aldeia Bona sobre produção de textos e criação

de livros didáticos na língua aparaí. Ajudei o finado Manfred Rauschert na digitação e tradução de diversos textos e histórias antigas dos Aparaí, tanto na Aldeia Bona quanto em Macapá. Desse trabalho, foi publicado um livro (Figura 7).

Figura 5: Comissão de professores indígenas do Amapá e norte do Pará, Robersoni dos Santos, Ariné Apalai, Erlis Karipuna e Oberto dos Santos (da esquerda para a direita), na 1ª Conferência Ameríndia de Educação e I Congresso de Professores Indígenas do Brasil, 17 a 21/11/1997, Cuiabá (MT)



Fonte: Acervo do autor, 1997.

Figura 6: Mesa de discussão da 1ª Conferência Ameríndia de Educação e I Congresso de Professores Indígenas do Brasil, 17 a 21/11/1997, Cuiabá (MT)



Fonte: Acervo do autor, 1997.

Figura 7: Livro Pake Ahtao Oturutopõpo Poko – Histórias antigas dos Aparai-Waiana, de 1996



Fonte: APALAI, Cecília; APALAI, Ariné *et al.* **Pake ahtao oturutopõpo poko**. Histórias antigas dos Aparai-Waiana. Macapá: SEED/NEI; APITU; GTZ; Instituto Cultural Brasil-Alemanha; FUNAI, 1996.

O meu Ensino Médio cursei na Escola Técnica do Amapá (META), posteriormente fiz o Curso de formação profissional Técnico em Enfermagem na Escola de Enfermagem São Camilo em Macapá. Como estudante entre o meu povo, fui instruído e orientado para tomar à frente no movimento indígena, ajudar na luta e defesa dos povos apalai e waiana, sempre sob orientação do grande cacique da Aldeia Bona, Tuarinker Waiana. O Ensino Médio iniciado em 2000 contou com o apoio da Funai, que me financiou uma bolsa estudantil. Recordo-me que participei naquele mesmo ano de vários eventos regionais e nacionais, dentre eles “Virada do Milênio – 500 anos de Resistência Indígena no Brasil – Marcha Indígena ano 2000: Construindo outros 500”, que teve a duração de um mês em várias Terras Indígenas, culminando com a grande Mobilização Nacional Indígena em Coroa Vermelha, na Bahia. A Marcha Indígena aconteceu em todo território nacional na virada do milênio: Movimento de resistência indígena, negra e popular. Em Macapá, as organizações como Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque (APIO), Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU) e Conselho das Aldeias Wajãpi (APINA) mobilizaram junto com o Governo do Estado do Amapá as discussões, enquanto acontecia a Marcha nacional em Coroa Vermelha, Bahia (Figura 8).

Figura 8: Chamada publicitária da Marcha Indígena: ano 2000, construindo outros 500



Fonte: Acervo do autor, 2000.

É importante dizer que a implantação de uma escola na aldeia trouxe esperança e perspectivas de futuro para os povos aparai e waiana, inclusive o governo veio a construir uma “escolinha” em nossa aldeia. Naqueles tempos nossas comunidades não entendiam o que era e significava educação escolar, não sabiam sua finalidade, porém, quando começaram a ver as crianças, os jovens e os adultos estudando e aprendendo a desenvolver a comunicação entre dois mundos – indígena e não indígena –, perceberam a importância da implementação da escola para o funcionamento da educação escolar indígena.

A principal diferença entre a educação escolar do passado e de hoje é que não tínhamos de fato uma educação escolar indígena “específica”, com professores indígenas. Hoje temos professores indígenas atuando como uma categoria profissional, inclusive, reconhecida. A atuação na docência em nossas aldeias transformou a educação escolar em relação ao passado. A criação do curso de graduação da Educação Escolar Indígena, hoje chamado Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), abriu espaço para o acesso e o reconhecimento de nossas demandas de formação. Com as ações

afirmativas dos últimos anos ampliou-se o acesso a diversos cursos de graduação, não somente licenciaturas e, inclusive, com acesso à pós-graduação.

Essas conquistas vieram através da luta permanente do movimento indígena, possibilitando a construção de uma nova educação escolar e de uma nova história para nós. Entretanto, os desafios se apresentam com outros aspectos. Não temos em vigência nossos Projetos Político Pedagógicos (PPPI), nossas escolas não estão regularizadas, falta infraestrutura e formação de professores para atuar na alfabetização na língua e nas áreas específicas, os poucos professores indígenas que temos são insuficientes. O cenário da educação escolar indígena exige resistência.

2.2 As organizações dos povos indígenas do Parque do Tumucumaque e do Paru D'este

Comecei a participar ativamente do movimento indígena com a organização de reuniões internas na Aldeia Bona, transmitindo, traduzindo e compreendendo as informações internas e externas que recebíamos em 1993. Paulatinamente, ocorreu um significativo aumento da participação dos povos apalai e waiana em reuniões com o cacique e as lideranças para tratar de políticas públicas de Assistência, Saúde e Educação Escolar Indígena, bem como sobre a demarcação das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'este, entre outros assuntos de interesse de nossos povos indígenas.

No ano de 1995 foi criada a nossa primeira organização denominada Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU), com o objetivo de defender e fortalecer os direitos indígenas e as políticas públicas e territoriais destinadas aos nossos povos. Integraram inicialmente a APITU eu, Paulo Ronaldo Apalai, Cecília Apalai, Maruanari Apalai Waiana e Amiakare Apalai.

Tivemos apoio da Funai e do governo do Estado do Amapá. A Casa do Artesão transformou-se em um espaço administrativo que tinha, inclusive, a capacidade de hospedar nossos membros que não tinham como arcar com as despesas gerais, inclusive refeições na cidade de Macapá. A Casa foi uma das primeiras conquistas, pois possibilitava a comercialização de artesanatos e outros produtos nas esferas regional, nacional e internacional. A APITU ajudava na seleção de professores indígenas e de agentes indígenas de saúde que atuavam nas aldeias. A Organização estava à frente de nossas demandas e a Funai garantia suporte logístico com veículos e transporte aéreo. No âmbito do movimento indígena Apalai e Waiana, passamos a construir uma boa articulação entre caciques e nossos parceiros como

Funai e Governo do Estado do Amapá. Inicialmente, nossa relação com a Funai era muito boa, o órgão indigenista ajudou na implementação de políticas públicas e atuava ativamente na assistência social, mas depois da reestruturação da Funai realizada em 2009, os povos indígenas do norte do Pará foram prejudicados, uma vez que antes tínhamos postos indígenas que ajudavam, havia aeronave e assistência, agora, a Funai trabalha apenas com o monitoramento e fiscalização de Terras Indígenas.

A APITU representava todos os Povos Indígenas do Parque do Tumucumaque (Terra Indígena Parque do Tumucumaque) e Rio Paru D'este (Terra Indígena Paru D'Este), como Aparai, Waiana, Tiriyó, Kaxuyana, Txikuyana, Akuriyó e Wajãpi. Sempre havia a participação ativa de todos, que elegiam suas lideranças por povo e comunidade. Hoje não temos mais a APITU, que deixou de existir em 2011 porque não houve lideranças e membros para assumir a coordenação, aos poucos, a maioria de seus membros migrou para uma nova associação, a Associação dos Povos Indígenas Waiana-Aparai (APIWA), que atende somente aos Aparai-Waiana que vivem do lado leste da Terra Indígena Parque do Tumucumaque e, também na Terra Indígena Rio Paru D'este. A APIWA foi criada em 22 de janeiro de 2010, em substituição a APITU, para dar continuidade na defesa dos direitos coletivos dos povos indígenas waiana e aparai, agregando também a defesa dos parentes tiriyó.

No ano de 1996 realizei minha primeira viagem para fora do estado do Amapá, representando a APITU. O cacique autorizou-me a acompanhar duas lideranças, inclusive um dos filhos dele, no movimento indígena nacional. Nessa oportunidade participei da grande Mobilização Nacional Indígena, promovida pela Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB), que reuniu povos indígenas de todo o país para protestar contra o Projeto de Emenda à Constituição Decreto nº 1.775/1996, no Congresso Nacional em Brasília/DF. Ficamos hospedados no estádio Mané Garrincha, junto com os Sem Terra e outros movimentos sociais que estavam nos apoiando naquela grande mobilização nacional.

Ainda em 1996 realizamos pela APITU a 1ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Tumucumaque, com boa articulação dos caciques e parceiros, envolvendo todos os povos tanto do lado leste quanto do oeste, com participação ampla dos convidados. O objetivo principal era discutir uma série de reivindicações e solicitar a demarcação imediata e concomitante das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'este, que estavam paradas há alguns anos e que haviam sido iniciadas com o apoio da antropóloga Lúcia Hussak. Nesta Assembleia o Governo do Estado do Amapá, que tinha como governador João Alberto Rodrigues Capiberibe, solicitou que fizéssemos um abaixo assinado e que o Estado estava disposto a ajudar para acelerar a demarcação das terras indígenas.

Figura 9: Ariné Apalai (esquerda) e Amiakare Apalai (centro), ambos representando a APITU na 1ª Mobilização Nacional Indígena da Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (CAPOIB) contra a PEC n.º 1775, em 1996.



Fonte: Fotografia cedida por Paulo Ronaldo Apalai, 1996.

Desde então, outras organizações foram sendo implementadas. Houve a criação do Conselho Escolar Waiana Apalai (CEWA), em 10 de abril de 1996, voltado para viabilizar o atendimento das demandas das escolas indígenas e para executar convênios com o Governo do Estado do Amapá e com o governo federal. A CEWA ainda existe, inclusive, já fui membro presidente do caixa escolar do Conselho entre os anos de 1999 e 2001. Essa organização escolar funcionava com membros indígenas e não indígenas que eram eleitos em Assembleia na Aldeia Bona. Mas, atualmente, ocorreram mudanças na composição do Conselho que passou a ter como membros apenas professores e diretores indígenas e professores não indígenas concursados do Governo do Estado do Amapá. Antes destas mudanças, o Conselho tinha a participação de caciques e membros da escola indígena, e agora não mais, predominando a presença do *karaiwa*.

Tivemos também em nossa história de articulação e organização dos povos experiências efêmeras, como a criação em 1997 do Centro de Cultura dos Povos Indígenas Apalai-Waiana (CCPIAW), voltado para a valorização da cultura dos Povos Indígenas Waiana-Aparai, que, em

2009, parou de funcionar, sem a eleição de novos membros. Outra organização de curta duração foi a Cooperativa dos Povos Indígenas Waiana Apalai (COOPIWA), voltada para atender as ações de escoamento dos artesanatos e produtos indígenas fora da aldeia. A Cooperativa foi criada em 2007 e não está mais em funcionamento.

Nos últimos anos tivemos uma importante organização regional e abrangente implementada, a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (APOIANP), criada em 30 de abril de 2016, com o objetivo de promover o fortalecimento de todos os povos indígenas do Amapá e norte do Pará: Aparai, Waiana, Tiriyo, Akuriyo Txikuyana, Kaxuyana, Wajãpi, Palikur-Arukwayene, Karipuna, Galibi-Marworno e Galibi-Kali'na (Figura 10).

A Figura 12 apresenta o logo de arte de criação da APOIANP, sendo que sua 1ª Assembleia Geral aconteceu na cidade de Macapá e teve como objetivo principal discutir a eleição de conselheiros do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), para a defesa de políticas públicas, território e direitos indígenas que estão sendo violados pelo estado brasileiro. Em agosto de 2016 ocorreu a 2ª Assembleia Geral da APOIANP na cidade de Macapá, Hotel Macapá (Figura 11), foi um encontro para a apresentação do estatuto social e a realização da eleição dos membros executivos regionais e locais. Assumi, temporariamente, como membro da APOIANP pelo período de um ano, vindo a conduzir as manifestações que estavam previstas.

Figura 10: Organograma funcional da APOIANP, 2016



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

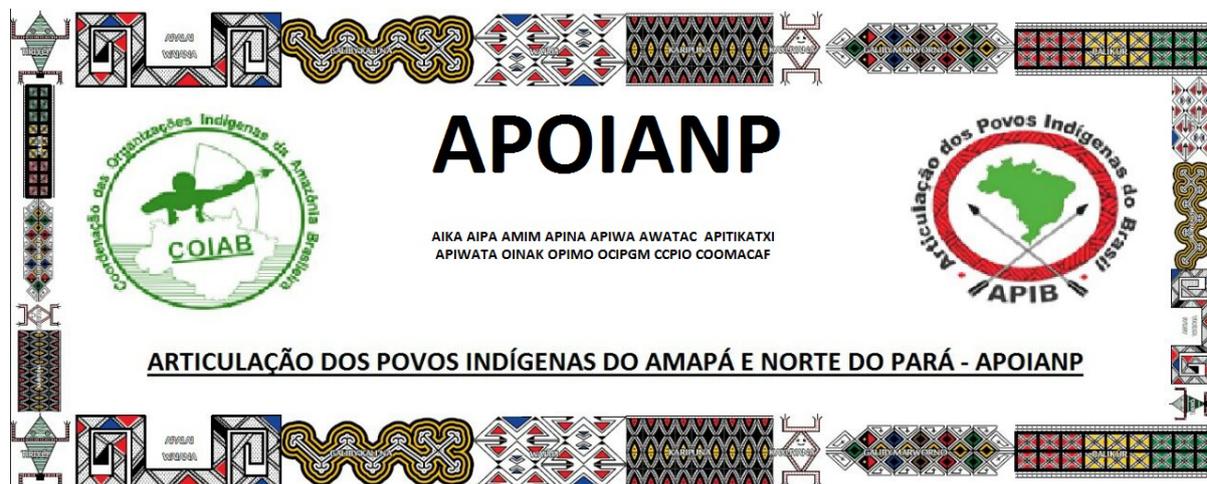
Figura 11: Lideranças indígenas reunidas na 2ª Assembleia Geral da APOIANP, agosto de 2016, em Macapá



Fonte: Acervo do autor, abril de 2016.

As Figuras 13 e 14 retratam a posse dos membros do CNPI, ocorrida no Ministério da Justiça e Cidadania-MJ, em agosto de 2016 em Brasília-DF. Eu sou um destes membros do Conselho que representa os povos do Amapá e norte do Pará.

Figura 12: Arte e logo da APOIANP de sua criação, abril de 2016



Fonte: Acervo do autor, abril de 2016.

Figura 13: Cerimônia de posse dos membros do CNPI, Ministério da Justiça e Cidadania-MJ, agosto de 2016 em Brasília-DF



Fonte: Acervo do autor, abril de 2016.

Figura 14: Ariné Apalai participando da cerimônia de posse dos membros do CNPI, Ministério da Justiça e Cidadania-MJ, agosto de 2016 em Brasília-DF



Fonte: Acervo do autor, abril de 2016.

Mais recentemente, tivemos a criação da Articulação das Mulheres Indígenas Waiana-Apalai (AMIWA), em 09 de novembro de 2017, com o objetivo de fortalecer e organizar o movimento das mulheres, possibilitando o desenvolvimento de projetos direcionados às mulheres indígenas. Ao longo dos anos percebemos uma volatilidade na criação e encerramento de algumas organizações dos nossos povos (Figura 15). Pelo meu entendimento, os membros da maioria dessas organizações não foram preparados para gestar, administrar e gerenciar sobretudo, financeiramente, o que ocasionou a dificuldade de prestação de contas e de regularização jurídica. Pensando nisso, resolvemos criar uma articulação maior, que poderia aglutinar em uma organização todas as nossas demandas. Dessa forma, em 2016 consolidamos a APOIANP, uma organização representativa de regiões e associações locais. No início, fui eleito o coordenador geral, primeiro membro indicado pelos Povos Indígenas do Amapá e norte do Pará para assumir, temporariamente, a condução de nossas demandas e manifestações no que diz respeito ao movimento indígena. Obtivemos o apoio do IEPÉ, da Funai, da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nessa condução.

Figura 15: Quadro das Organizações indígenas dos Povos do Parque do Tumucumaque e do Rio Pau D'Este

Sigla	Nome	Ano de Criação	Situação
APITU	Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque	1995	Encerrou-se em 2011
CCPIAW	Centro de Cultura dos Povos Indígenas Apalai-Waiana	1997	Encerrou-se em 2009
APIWA	Associação dos Povos Indígenas Waiana-Aparai	22 de janeiro de 2010	Em vigência
CEWA	Conselho Escolar Waiana Apalai	10 de abril de 1996	Em vigência
COOPIWA	Cooperativa dos Povos Indígenas Waiana Apalai	2007	Interrompida em 2012
AMIWA	Articulação das Mulheres Indígenas Waiana-Apalai	09 de novembro de 2017	Em vigência
APOIANP	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará	30 de abril de 2016	Em vigência

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Atualmente, existem muitas associações locais e regionais indígenas dos Povos do Amapá e Norte do Pará que, juntas, fazem parte da APOIANP. Nós, povos indígenas do Parque do Tumucumaque e do Paru D'Este atuamos na APIWA; na AMIWA; na CEWA e na APOIANP.

2.3 A demarcação das Terras Indígenas do Parque do Tumucumaque e do Rio Paru D'este

Os povos Aparai e Waiana historicamente se territorializam por vários lugares do rio Paru, rio Citaré, rio Jari, rio Maikuru e nos rios que tem suas nascentes fora do Brasil, especificamente no Suriname e na Guiana Francesa. No passado não tinham a necessidade de ter a demarcação de suas terras, entretanto, o servidor da Funai Frederico de Oliveira Miranda, hoje aposentado, contou-me há algum tempo que o cacique Tuarinker foi convidado a participar de uma grande Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Brasil, realizada na Aldeia Kumarumã em 1983, município de Oiapoque, quando teve a oportunidade de reivindicar a demarcação de nossas terras. O cacique está ao lado de Frederico na fotografia a seguir, sendo o segundo da esquerda para a direita.

Figura 16: Cacique Tuarinker Apalai indo participar da Assembleia anual dos Povos Indígenas do Oiapoque, que ocorreu na Aldeia Kumarumã da TI Uaçá, 1983



Fonte: Fotografia de Frederico de Miranda Oliveira, cedida pelo autor.

Em 1997 ocorreu efetivamente a demarcação de nossas terras, mas antes disso já havia um movimento para o reconhecimento histórico-territorial de nossas aldeias e para a definitiva conquista da demarcação. A Funai junto com APITU, que foi criada em 1995 e registrada em 1996, trabalhou para definir como seria a demarcação das nossas terras indígenas. É importante dizer que entre a presença da liderança Tuarinker em 1983 na Assembleia Indígena em Kumarumã e a efetiva demarcação de nossas terras em 1997, os nossos povos sempre encontraram dificuldades de serem representados fora de nossas aldeias, e até mesmo de poderem ir ao encontro das autoridades, pois, quando conseguiam, era por intermédio da Funai e da FAB.

A nossa região era conhecida entre os não indígenas como Serra do Tumucumaque. Inicialmente, os nomes atribuídos as nossas terras foram “Parque do Tumucumaque” e “Paru de Leste”, escolhidos pelos povos Waiana, Aparai, Tiriyó e Kaxuyana na primeira Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Tumucumaque, em 1996. Hoje, a nossa Terra é, simplesmente, a junção destes dois nomes “Parque Indígena do Tumucumaque e Rio Paru D’Este”.

Algumas décadas antes de acontecer a demarcação indicada pelas lideranças das terras indígenas dos povos Aparai e Waiana, o Estado brasileiro criou a Reserva Florestal do

Tumucumaque através do Decreto n.º 51.043, de 25 de julho de 1961²⁰, que abrangia uma área de 17.930 Km² na região denominada de Serra do Tumucumaque, sob a responsabilidade do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e, nesse Decreto, destinou a assistência dos indígenas que ali viviam ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI):

Art. 4º. Dentro do polígono constitutivo da Reserva Florestal serão respeitadas as terras do índio, de forma a preservar as populações aborígenes, de acordo com o preceito constitucional e a legislação específica em vigor, bem como os princípios de proteção e assistência aos silvícolas, adotados pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Parágrafo único. Caberá ao Serviço de Proteção aos Índios o serviço de assistência aos silvícolas nas áreas que a estes são destinadas e na conformidade do disposto neste artigo.

Poucos anos após, o órgão que substituiu o SPI, a Funai, criou o Parque Nacional Indígena do Tumucumaque, através do Decreto n.º 62.998, de 16 de julho de 1968²¹. Desde a criação do Parque, a gestão passou a ser consorciada entre a Funai e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF): “Art. 3º Fica mantido, em tudo que não contrariar as finalidades do Parque Nacional Indígena, o Decreto n. 51.043, de 25 de julho de 1961.” O Decreto de 1968 foi retificado ainda no mesmo ano, pelo Decreto n.º 63.369, de 08 de outubro de 1968 e, posteriormente, foi alterado pelo Decreto n.º 81.335, de 14 de fevereiro de 1978²², que delimitou uma faixa específica sob a Jurisdição do Ministério da Aeronáutica, destinada à instalação de aeródromo da FAB dentro do Parque. Pelo que me contaram, a pista de pouso da FAB em nossa Aldeia Bona começou a ser construída no final da década de 1960 e, no ano de meu nascimento – 1975 – ela já existia. É importante dizer que antes da construção da pista de pouso no Bona, a FAB já havia construído uma pista na Aldeia Missão Tiriyó, e após a construção realizada no Bona, também fez uma pista na Aldeia Kuxaré, do povo Tiriyó.

Em 1970 os militares adentraram no Bona saindo da Missão Tiriyó com o objetivo de montar uma base militar. Iniciaram a construção de pista de pouso com piçarra e fizeram um alojamento militar para os soldados da aeronáutica se hospedarem durante suas atividades. Todas as noites e durante o dia os militares rondavam a Aldeia, o que não agradou muito a comunidade. Trouxeram maquinários pesados e conseguiram fazer a pista. Tentaram construir também uma base militar definitiva com material resistente de ferro, porém, não avançou, pois alguns militares ficaram por tempo determinado na Aldeia Apalai (Bona) e logo seguiram para

²⁰ Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Terras&pagfis=13177. Acesso em: jan.2023.

²¹ Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Terras&pagfis=13178. Acesso em: jan.2023.

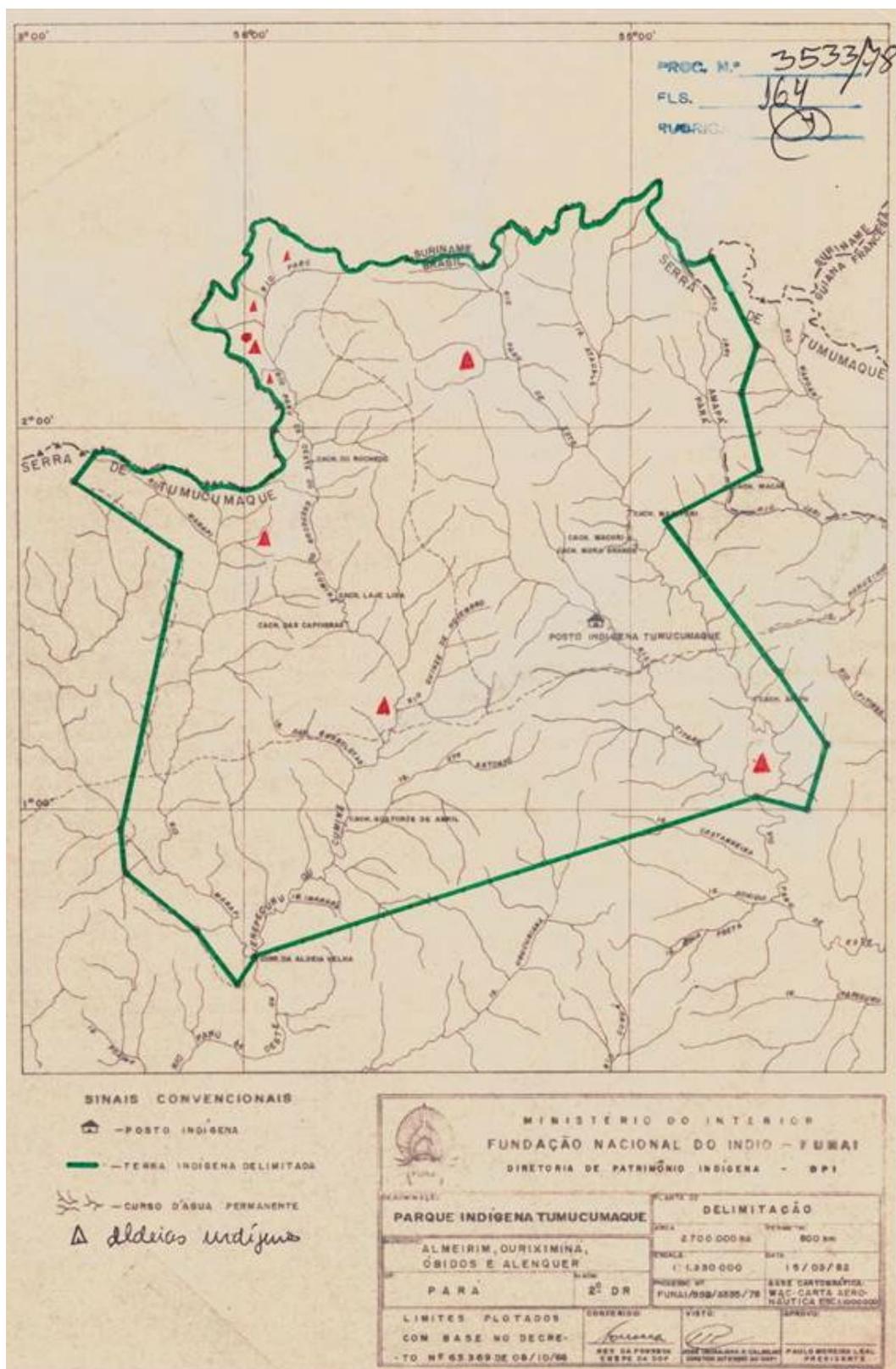
²² Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Terras&pagfis=13182. Acesso em: jan.2023.

a Aldeia Kuxaré para construir outra pista de pouso. Perceberam que ali, na Aldeia Kuxaré, não seria ideal para a fiscalização de fronteira pela distância, sendo que o mais adequado seria a Missão Tiriyó mesmo, porque já estavam terminando a construção e poderiam criar uma área militar. E, de fato, fizeram a base militar na Missão Tiriyó com a instalação do 1º Pelotão Especial de Fronteira.

Em 2001, na Aldeia Missão Tiriyó, os militares instalaram um radar, ampliaram e fizeram o asfaltamento da pista de pouso, implantando também um hospital e uma escola militar. Aumentaram a quantidade de militares temporários e abriram vagas para jovens indígenas que fazem treinamento temporário junto com os militares não indígenas. Até o presente momento esta base funciona como monitoramento de fronteira entre Brasil e Suriname.

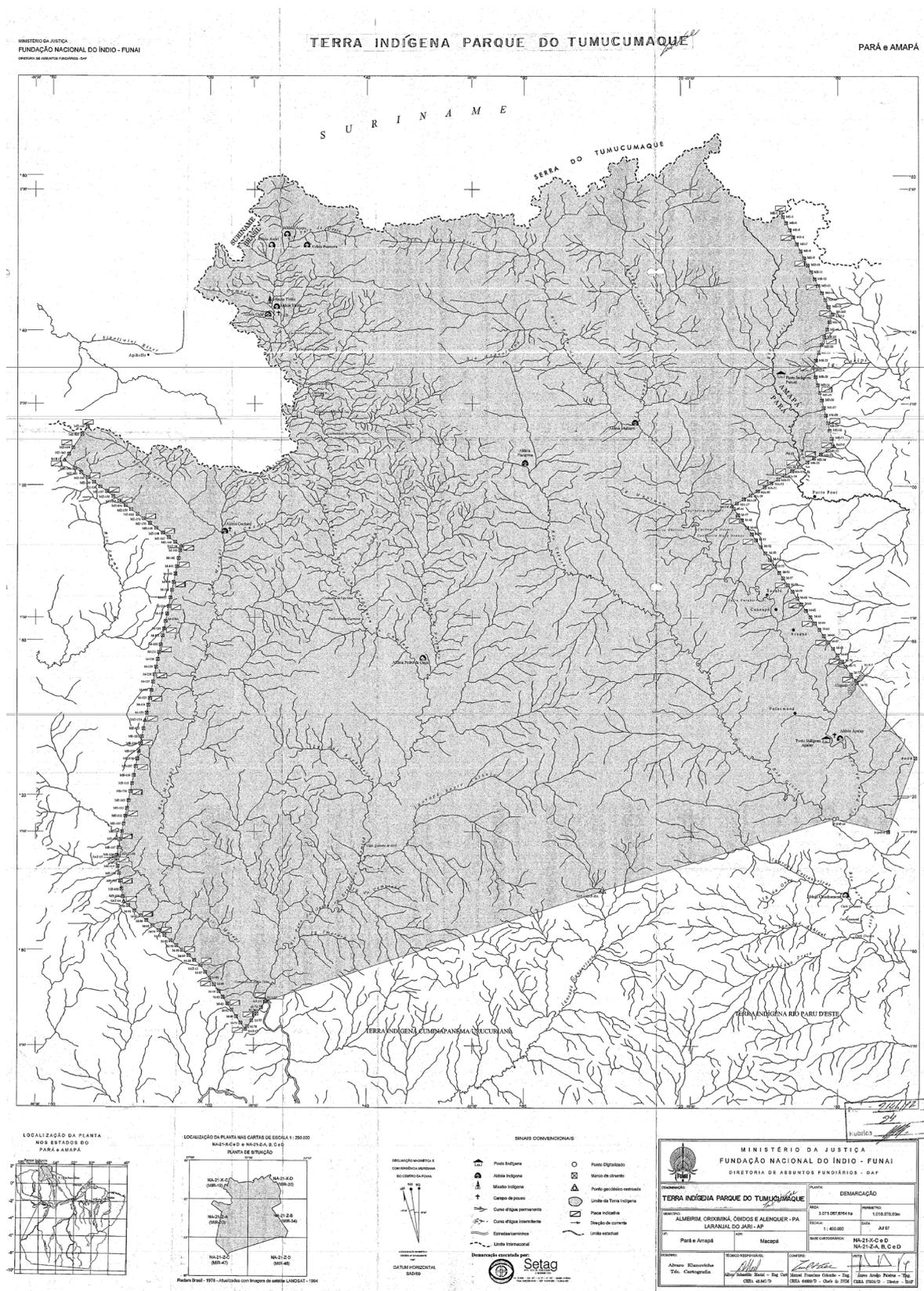
A demarcação de nossas terras indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este foi definida durante a I Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Tumucumaque (1996), que contou com a participação do Governo do Estado do Amapá, da APIO e da Funai, através do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL/Funai) e do Museu do Índio (Funai). Neste importante evento os caciques se uniram para definir os limites da demarcação e, por haver uma relação histórica entre estes povos, que ocupavam e viviam há séculos na região, os Tiriyó estenderam fechar suas ocupações na fronteira com Suriname, nos rios Paru de Oeste e Rio Marapi, por terem seus familiares nas proximidades, enquanto os Aparai decidiram delimitar suas terras até o igarapé Mopeku, Igarapé Ipitinga e Rio Maikuru, onde estão os seus limites. A decisão de delimitação de nossas áreas indígenas separadas, juntas e unificadas foi uma discussão longa, difícil e que deveria respeitar as particularidades territoriais e históricas de cada povo.

Figura 17: Mapa do traçado do Parque Indígena do Tumucumaque de 1982



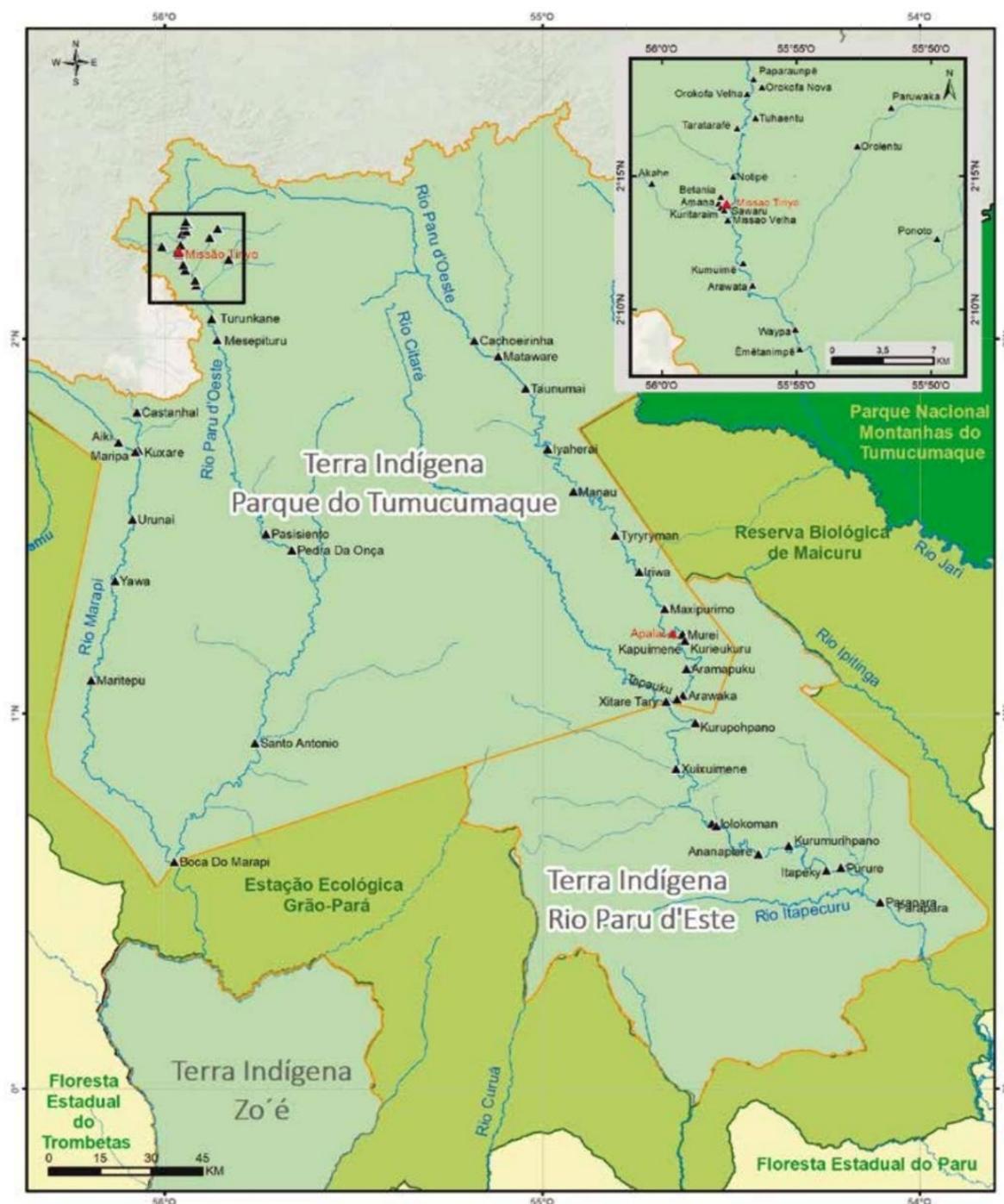
Fonte: BRASIL. Processo de Demarcação da Terra Indígena Parque do Tumucumaque realizado pela Funai, 1997. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Terras&id=5751603815511&pagfis=13140. Acesso em: 12 dez.2022.

Figura 18: Limites da demarcação da Terra Indígena Parque do Tumucumaque de 1997



Fonte: BRASIL. Processo de Demarcação da Terra Indígena Parque do Tumucumaque realizado pela Funai, 1997. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Terras&pagfis=13200. Acesso em: 12 dez.2022.

Figura 19: Mapa da Terra Indígena Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este de 1997



Fonte: IEPÉ, 2023.

Após as decisões tomadas na I Assembleia, uma equipe da Funai desembarcou na Aldeia Bona para realizar a delimitação das Terras Indígenas no mês de agosto de 1996. Fui designado pelo cacique Tuarinker para acompanhar e auxiliar as lideranças como intérprete, assim, acompanhado de dois primos meus, um piloto de barco e um proeiro, passamos uma semana e meia em viagens com os agentes da Funai designados para essa tarefa, os antropólogos Toninho

(Antonio Pereira Neto) e sua esposa Lucia Helena Oliveira Monteiro. Subimos o rio Paru até chegar na última aldeia, fizemos vistorias nos igarapés das aldeias velhas, identificamos tudo que existia ao longo do rio Paru e eles entrevistaram os caciques e lideranças moradores daquela região do Parque do Tumucumaque. No quinto dia descemos o rio Paru para continuar os trabalhos, seguimos para além da última aldeia, descendo o alto e médio rio Paru que serviu de referência de limites entre as duas TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'este. Ao terminarmos todo o percurso, voltamos para a Aldeia Bona onde nos reunimos para transmitir todas as informações aos caciques e comunidades indígenas envolvidas. Nessa ocasião, recebemos informações dos próximos passos sobre a continuidade da demarcação das Terras Indígenas.

Ainda em 1996, acompanhei a equipe da ONG Amigos da Terra, que havia feito uma parceria com a APITU. Amigos da Terra foi um dos primeiros parceiros que nos apoiou, sua contribuição veio na forma de doação de equipamentos de comunicação, entregaram e instalaram kits de radiofonias completos em algumas aldeias selecionadas. Foram entregues em outubro de 1996 doze (12) radiofones para atender a demanda das aldeias do Parque do Tumucumaque e do Rio Paru D'este em seu lado Leste. Essa ação foi resultado de uma reivindicação dos caciques que viviam incomunicáveis. A doação para a APITU melhorou bastante a comunicação dos povos e suas comunidades.

No referido ano 1996, exatamente em agosto, ocorreu uma invasão de garimpeiros no que viria a se tornar Terra Indígena Rio Paru D'este. Quase entramos em conflito com os garimpeiros. Até então, não costumávamos ter relações de conflito, em geral, sempre ocorria o diálogo com os garimpeiros e outras pessoas que estavam em torno de nossas terras. Nessa situação de eminente perigo, o chefe Henrique Barbosa de Oliveira, do Posto da Funai na Aldeia Bona, interveio e intermediou a situação. Os garimpeiros pretendiam atirar nos indígenas, contudo, a comunidade indígena estava estrategicamente espalhada em torno deles e ao perceberem que éramos muitos, os garimpeiros se renderam. Por questão de segurança, o cacique falou para eles: “[...] vocês não podem voltar nunca mais na terra indígena e não mexam nada comigo e com o meu sobrinho (*se referindo a minha pessoa*) onde estivermos”. Essa fala do cacique ocorreu porque fui eu quem denunciou, através de radiograma, essa situação à Polícia Federal e a Funai, assim, eles vieram, apreenderam e removeram estes garimpeiros invasores que foram então levados à capital.

Em março de 1997 recebi e acompanhei a equipe de Serviço de Engenharia e Agrimensura Ltda (SETAG), na pessoa de Ailton Sebastião Maciel, que era engenheiro cartógrafo, e Otto Salzer, que era engenheiro agrônomo, ambos responsáveis pela demarcação

física e cartográfica das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'este. Para acertar os detalhes das etapas de demarcação dos limites das terras, os engenheiros da SETAG se reuniram com os caciques e lideranças, que indicaram 10 pessoas para compor a equipe de frente dos trabalhos, assim como ajudar na hospedagem, armazenamento dos equipamentos e combustíveis, na utilização de rádios (radiofonia) para a comunicação da equipe com as aldeias e o uso de pistas de pouso durante o processo de demarcação. A previsão de realização desse trabalho era de 90 dias, sendo que a equipe encerrou as atividades dois dias antes do prazo final.

Figura 20: Cacique Tuarinker Apalai e Kototo Waiana, em primeiro plano, lideranças acompanhando a entrada de equipe da empresa de demarcação das Terras Indígenas do Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'este, na Aldeia Bona, março de 1997



Fonte: Acervo do autor, março/1997.

Em 03 de novembro de 1997 foram, definitivamente, demarcadas e homologadas nossas terras²³ e, no dia 04 de novembro, ocorreu a publicação no Diário Oficial da União (Brasil). Nos anos posteriores ocorreu a unificação definitiva das duas terras. Em um primeiro momento, o povo Zo'é iria compartilhar a sua terra demarcada junto com a Terra Indígena Parque do Tumucumaque e a Terra Indígena Paru D'Este, eliminando o limite. Contudo, o povo decidiu manter sua Terra Indígena Zo'é separada das outras. Assim, ocorreram ajustes na homologação

²³ Decreto sem número, publicado em 03 de novembro de 1997. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Terras&pagfis=13215. Acesso em jan. 2023.

da demarcação em 27 de julho de 2000 e 07 de fevereiro de 2002, unificando a Terra Indígena Parque do Tumucumaque e Paru D'Este.

Figura 21: Cacique Tuarinker reunido com a comunidade para escolher as equipes de frente na demarcação das terras indígenas e que acompanharam cada grupo formado por não indígenas, março de 1997



Fonte: Fotografia de Ariné Apalai, março 1997.

As políticas públicas destinadas aos Povos Indígenas do Tumucumaque não se restringem a garantia de nossas terras e territórios e alcançaram, como indicarei nas próximas páginas deste estudo, novas instâncias importantes desde os anos 1970. Destacarei a implementação da educação escolar e educação escolar indígena, com a construção de escolas nas aldeias Bona e Xuixuimene, a implantação da assistência de aposentadoria aos idosos indígenas promovida por uma parceria da Funai com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ainda, a implantação de ações de saúde, com a contratação de alguns indígenas como atendentes de enfermagem através do convênio da Funai com os governos estaduais do Amapá e Pará, a implantação da Casa de Apoio à Saúde Indígena, inicialmente realizada pelos órgãos da Funai e Fundação Nacional da Saúde (Funasa) do Ministério da Saúde, sendo que a Funai repassou a assistência de saúde indígena para o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), da Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde. Enfim, com o passar dos anos

conquistamos muitos espaços e benefícios que garantiram o fortalecimento das comunidades e aldeias.

2.4 As conquistas do movimento indígena no âmbito das políticas públicas

O movimento indígena alcançou visibilidade e garantiu a implementação de políticas públicas específicas aos nossos povos através de muita luta, sobretudo, alcançando a demarcação de terras indígenas, o acesso à educação, a saúde, a assistência social, a aposentadoria, ao auxílio maternidade e outros. Entre tais conquistas, conseguimos garantir a ocupação pelos próprios indígenas de espaços institucionais nos órgãos públicos, como Funai, SEPI, NEI e DSEI-SESAI, os quais, até o presente momento, representam o movimento indígena.

Se não existisse o movimento indígena não haveríamos conseguido conquistar direitos e políticas públicas, e muito menos teríamos avanços para nossa população no âmbito geral. É muito útil a participação e o envolvimento dos povos indígenas nesse cenário de movimento indígena e política indígena, com esforço incansável em busca de alternativas para solucionar algo que depende da luta coletiva.

Na minha percepção, apesar das inúmeras dificuldades do passado relatadas neste trabalho, as garantias aos povos indígenas foram conquistadas com sucesso. As políticas públicas direcionadas aos povos indígenas requerem luta, com grandes mobilizações, não sendo fácil conseguir conquistar algo em comum. Apesar de, anteriormente, as demarcações de terras indígenas terem sido feitas com muito esforço pelo movimento indígena, observamos no atual cenário brasileiro que nesses últimos anos o governo federal de Jair Bolsonaro nem sequer cogita demarcar terras indígenas, deixando surgir conflitos e violências regionalizados entre os povos indígenas e as sociedades locais.

As políticas públicas são programas dos governos federal, estadual e municipal que fornecem benefícios sociais para a população em geral, alcançando, em especial, aqueles que têm baixa renda e estão em vulnerabilidade, mas, não somente e, inclusive, alcançando os povos e coletivos mais fragilizados e invisibilizados da sociedade brasileira.

Em 1998 participei da VI Assembleia Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). A COIAB é uma organização dos povos indígenas que abrange os nove estados da Amazônia Brasileira e fica sediada em Manaus (AM) e Brasília (DF). Junto com o presidente da APITU, Missico Oiampi, representamos os povos de nossa

região na Assembleia da COIAB e eu, pela primeira vez, fui na condição de delegado regional (Figura 22).

Figura 22: Ariné Apalai participando de VI Assembleia Geral da COIAB em maio de 1998, Manaus (AM)



Fonte: Acervo do autor, 1998.

No ano de 1999 fui eleito para ocupar o cargo de Presidente do Caixa Escolar do CEWA, biênio 04/1999 – 04/2001, assim, assumi uma responsabilidade enorme na gestão financeira e nas relações junto aos docentes, comunidade escolar e órgãos públicos do governo estadual e federal. Nesse momento tive que permanecer em Macapá, mas com o apoio da Funai e da APITU, o que me oportunizou acompanhar e auxiliar ativamente na criação do DSEI no Amapá. Em maio de 2001 ocorreu o encontro retratado na Figura 23, quando ocorreu a apresentação do plano de trabalho e da celebração de Convênio da Saúde Indígena entre APITU/Funasa, objetivando atender demandas das Terras Indígenas dos Povos do Amapá e Norte do Pará,

especificamente Parque Indígena do Tumucumaque e Rio Paru D'Est, Uaçá, Juminã e Galibi.²⁴ Na fotografia estão presentes o presidente da Funasa, Ubiratan Moreira Pedrosa, eu, Presidente da APITU (ao centro), Valeria Paye Pereira (APITU) do povo Kaxuyana (blusa branca), em companhia da dentista Vitória dos Santos Karipuna,²⁵ que aparece de camisa vermelha e Suely Costa de Oliveira, Gestora do DSEI/ANP, de blusa preta.

Figura 23: Celebração de convênio da Saúde Indígena entre APITU/Funasa, maio 2001



Fonte: Acervo do autor, 2001.

Em 2001 participei do 1º Fórum Social Mundial (FSM) realizado em Porto Alegre/RS e em abril fui eleito para presidente da APITU, biênio de 10 de maio de 2001 a 10 de maio de 2003, quando tive a oportunidade de colaborar com meu povo, visando a melhoria de vida das comunidades e aldeias. Dentre as muitas demandas, priorizei no meu primeiro ano da gestão as seguintes ações: a) Assistência, abastecimento e escoamento de produtos (artesanatos) das aldeias para a capital Macapá, na loja da Casa do Artesão; b) Criação e regularização de contas bancárias de servidores indígenas da área de educação; c) Elaboração e execução de contratos,

²⁴ Os povos indígenas de Oiapoque participaram do Convênio junto conosco porque na época a APIO não podia executar o plano de trabalho estabelecido pelo Convênio, assim, a APITU assumiu também o atendimento a região dos povos indígenas de Oiapoque. Por outro lado, a organização Wajãpi fez Convênio através da APINA.

²⁵ Vitória é mãe do atual coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Kleber Karipuna.

aquisição e locação de imóveis, prestação de contas e pagamento de multiprofissionais que estavam sem receber há dois meses na área de Saúde Indígena para as três regiões indígenas do Amapá e norte do Pará (Parque do Tumucumaque, Oiapoque e Pedra Branca do Amapari); d) Convênio entre APITU/Funasa/Ministério da Saúde, quando foram adquiridos muitos equipamentos de radiofonia, como baterias, barcos, motores de popas, geradores, placas solares, veículos, mesas hospitalares, armários hospitalares, materiais odontológicos, insumos, medicamentos, geladeiras, combustíveis, construção de Postos de Saúde, locação de voos aéreos; e) Elaboração de Convênios com os Governos do Estado do Amapá e Federal: manutenção Administrativa da Casa do Artesão (Amapá), que estava cedida e era mantida sob responsabilidade da APITU, licitação de voos aéreos com os governos do Estado e Federal; contratação de professores e voos na Educação Escolar Indígena do Parque do Tumucumaque através do Governo do Estado; construção de Escola, quatro salas de aula e um refeitório na Aldeia Bona através do Governo do Estado/Secretaria de Planejamento e Secretaria de Infraestrutura; f) Aquisição de equipamentos destinados à fiscalização de picadas das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'este, através do PPTAL/Funai.

Na sequência dos trabalhos, em 2002, firmamos alguns projetos entre a APITU e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) através de incubadora. Participei também da criação do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que atuava no apoio e proteção de florestas tropicais brasileiras do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). O G-7, grupo que reúne os 7 países mais ricos do mundo, que são Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, França, Itália e Japão, financiaram o Projeto com várias ações voltadas aos povos indígenas. Nesse contexto, promoveu-se um forte diálogo do Movimento Indígena com o governo federal para criar, demarcar e homologar terras indígenas na Amazônia e no Brasil. Com isso, participei da criação da Fundação Yakinõ, uma organização voltada para a comercialização de artesanatos e produtos indígenas na Amazônia Legal e exterior.

Entre 2001 e 2002 fui indicado pela APITU para a composição do Grupo de Trabalho (GT) que visou a criação do Curso de Educação Escolar Indígena da UNIFAP. No ano de 2007 teve início a primeira turma de alunos ingressantes e que até hoje recebe indígenas para a formação docente no Ensino Superior. Este curso, a partir de 2011/2012, passou a ser chamado de Curso de Licenciatura intercultural Indígena (CLII).

Em 2003, também por indicação da APITU e através do contrato temporário, integrei a Coordenação de Alfabetização Indígena (2003/2004) do Centro de Cultura dos Povos Indígenas Apalai-Waiana (CCPIAW), da Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED/AP). No

contexto do movimento indígena, fui indicado e eleito pela APITU para participar da 4ª Conferência Estadual de Saúde que abordou a temática “A Saúde que temos, o SUS que queremos”, realizada em outubro de 2003 em Macapá.

Entre 2004 e 2008 estive ausente do movimento indígena devido a execução de meus trabalhos na saúde indígena, quando passei a prestar serviço na Aldeia Pururé e acompanhei a festa tradicional denominada “Festa Karau” na Aldeia Kurumurihpano, bem como outros eventos nas aldeias da Terra Indígena Rio Paru D’este. Em maio de 2008 retomei minha atuação no movimento indígena participando de vários eventos dentro e fora do Estado, inclusive, comecei a exercer a função de assessoria na Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI) do Estado do Amapá.

Assumi como membro titular do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Amapá (CES/AP) em 2004 e ajudei na fiscalização e controle social da saúde, com atuação nos hospitais públicos do Amapá. Uma conquista relevante desse período foi implantar a formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) no Amapá, que hoje ocorre na Escola Graziella Reis de Souza, em Macapá, através do Curso Técnico Indígena em Enfermagem. Minha proposta naquele momento aos conselheiros do CES e do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) foi promover a formação de AIS. Contudo, com apoio do Secretário de Saúde do Estado, médico Claudio Leão, decidiu-se criar a Escola de Enfermagem do Estado do Amapá. Assim, solicitamos um projeto para a definitiva implantação dessa escola. A proposta se consolidou no CES por unanimidade, pois todos os conselheiros aprovaram. Essa proposta foi uma conquista coletiva e da qual fizemos parte dessa história. Hoje, a Escola de Enfermagem do Estado do Amapá é chamada de Centro de Ensino Profissionalizante Graziella Reis de Souza.

Com apoio do movimento indígena do Parque do Tumucumaque, através da APITU, fui indicado em 2008 para participar do “Seminário Faixa de Fronteira – Novos Paradigmas”, promovido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e pelo Centro de Estudos Victor Nunes Leal da Advocacia-Geral da União, em Brasília/DF.

Em 2009 retomei de forma efetiva minha participação no movimento indígena como membro da APITU. Assim, fiz parte da organização do Abril Indígena em Macapá, promovido pela SEPI/AP. No movimento indígena pude acompanhar muitos eventos realizados na capital e fora do Estado, inclusive, participei enquanto indígena indicado da “reestruturação” da agência indigenista brasileira da Funai no, ano de 2009, participando dos Comitês por regiões abrangentes.

Representando a minha região e com apoio do meu povo, fui eleito para a 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI), que ocorreu, também, em 2009. Participei da CONEEI na etapa regional e posteriormente na etapa nacional em Luziânia/GO, com a discussão da Gestão Territorial e Afirmação Cultural. Entre 2011 e 2013 reduzi minha participação no movimento indígena, pois estive atuando na organização dos Jogos Indígenas em nível regional, junto com a equipe de Secretaria de Esporte, Desporto e Lazer e da SEPI/AP.

Participei no Estado do Amapá da reformulação e da proposição de uma nova configuração da Saúde Indígena, desvinculando-a da Funasa, do Ministério da Saúde do Governo Federal. A nova configuração passou a ser através do DSEI, vinculado diretamente à SESAI, do Ministério da Saúde. Foi uma experiência exitosa e auxiliei a condução dessa transição ao lado do indígena karipuna Kléber Luiz dos Santos, que estava à frente do CONDISI.

Como representante dos povos do Parque do Tumucumaque no movimento indígena pude viver inúmeras experiências significativas, participei do “Seminário Anistia Política: educação para cidadania, democracia e direitos humanos”, promovido pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça com o Governo do Estado do Amapá, na cidade de Macapá/AP. Fui membro titular do Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE), no quadriênio de 2010/2013, com a atribuição de fiscalizar as escolas estaduais dos municípios e das aldeias quanto à elaboração de cardápios e a aprovação de recursos estaduais e federais destinados a aquisição de merenda escolar. Foi nesse contexto que propomos criar mecanismos administrativos para responsabilizar os gestores dos Caixas Escolares que deixavam as escolas pendentes em suas prestações de contas. Essa proposição se transformou numa portaria estadual que regulamentou a gestão dos caixas escolares.

Também fiz parte, como membro titular, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) no triênio 2011/2013, que tinha a atribuição de fiscalizar e elaborar as diretrizes de gestão de bacias hidrográficas amapaenses, bem como os grandes empreendimentos nos rios e o risco de poluição ambiental. Ainda atuando no movimento indígena, pude participar em 2014 da “II Oficina Regional de Políticas Indigenistas para Associações Indígenas do Amapá e Norte do Pará: Gestão territorial, mineração e consulta prévia”, realizada em Macapá. No mesmo ano tivemos o “1º Movimento Indígena Regional em Macapá”, realizado no período de 14 a 17 de abril de 2014, coordenado pelo movimento indígena através de suas organizações indígenas, com apoio da SEPI/AP, envolvendo várias organizações públicas e privadas, ambientalistas, sindicatos, parceiros. Neste mesmo ano participei do acompanhamento e diagnóstico do Plano

de Gestão Territorial e Ambiental nas TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este, em todas as aldeias.

Em 2015 reativamos nossas alianças no movimento indígena com diversos órgãos públicos. Realizamos conferências locais nas aldeias assim como regionais pelo CNPI. A constituição do Conselho é fruto da conquista e do protagonismo indígena e com apoio do meu povo abracei a causa indígena mais uma vez. Particpei da Comissão de Coordenação da 1ª CNPI e, em seu encerramento, decidimos criar uma articulação regional dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará, a APOIANP. Na Figura 24 estávamos reunidos para dar orientações aos delegados eleitos nas conferências locais e regional sobre a defesa de propostas, participação efetiva e colaboração nas atividades de programação da 1ª CNPI, que se realizou em novembro de 2015, em Brasília (DF). Através da força do movimento indígena, também participei da 15ª Conferência Nacional da Saúde, em nível regional e nacional, em 2015. Em setembro do mesmo ano criamos a Associação de Estudantes Indígenas do Município de Macapá (ASSESIM).

Figura 24: Orientações aos delegados eleitos nas conferências locais e regional e que participaram da 1ª CNPI, Macapá, 2015



Fonte: Fotografia de Ereu Apalai, nov. 2015.

Figura 25: Participação da delegação dos povos do Amapá e Norte do Pará Celestino Kaxuyana, cacique da Aldeia Santo Antonio, Tito Meri Tiriyo, cacique da Aldeia Missão Tiriyo, Ubirajara Kaxuyana, Angela Kaxuyana e Ariné Apalai (da esquerda para a direita), na 1ª CNPI, etapa nacional realizada em dezembro de 2015, Brasília (DF)



Fonte: Fotografia de Samara Danielle, povo Sateré Maué, 2015.

Quando estamos na representação indígena precisamos contribuir em diversas situações. Outro exemplo foi minha participação no II Encontro Estadual de Educação, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amapá e Procuradoria Geral da Justiça do Amapá. Em seguida, retornei a ser membro titular do CES, entre janeiro e dezembro de 2015. O objetivo era fiscalizar o Controle Social da Saúde no Estado do Amapá. Em março de 2016 participei de uma Assembleia de eleição do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e fui eleito para ocupar uma vaga de titular e, em seguida, estive na reunião ordinária e cerimônia de posse de novos conselheiros do CNPI (2016/2019) em Brasília, momento em que também participei da primeira reunião da Comissão da Saúde Indígena.

Figura 26: Chamada publicitária da mobilização #ocupafunai de 2016



Fonte: Acervo da APOIANP, 2016.

Figura 27: Manifestação indígena no #ocupafunai, sede da Funai de Macapá em 2016



Fonte: Acervo do autor, 2016.

Figura 28: Ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2016



Fonte: Acervo do autor, 2016.

Figura 29: Ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2016



Fonte: Acervo do autor, 2016.

Figura 30: Nova ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2019



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Figura 31: Nova ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2019



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Figura 32: Nova ocupação de sede de Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/SESAI) em setembro de 2019



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Em 2016 o movimento indígena me solicitou apoio na articulação e condução do evento conhecido como “Ocupação da Funai” em Macapá, realizado em face da possível extinção, redução e reestruturação do órgão em todo território nacional. Na época eu exercia a função de primeiro membro – provisório – da APOIANP. Então, a APOIANP anunciou a ocupação da sede da Funai de Macapá e aderimos ao movimento nacional, mostrando força (Figuras 26, 27 e 28). Os Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará receberam apoio de parceiros e parlamentares e ocupamos a sede da Funai por 15 dias, reunindo aproximadamente 120 indígenas na capital do Estado, enquanto isso, no município de Oiapoque também os povos indígenas bloquearam a Rodovia BR-156, atendendo a convocação nacional.

Em setembro de 2016 ocorreu a ocupação, por 63 dias, da sede do DSEI/SESAI, com o objetivo de pressionar para a mudança da gestão. Todos os povos indígenas do Amapá e norte do Pará se mobilizaram, inclusive, obtivemos resultado positivo na luta coletiva. Nessa primeira ocupação visamos tirar a coordenadora indicada, sendo que em 2019 houve nova ocupação do DISEI atendendo ao chamado nacional da APIB e COIAB contra o desmonte da saúde indígena e contra a então presidente da SESAI, Silvia Nobre. A segunda ocupação ocorreu entre 04 de junho e 01 de julho de 2019 em Macapá, com o objetivo de defender direitos garantidos e contra o desmonte das políticas indigenistas, dentre elas, contra a Medida Provisória n.º 870, do Presidente da República que transferia para o Ministério da Agricultura a competência de demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Em 2017 estive presente em grandes eventos, iniciando pela Assembleia dos Povos Indígenas do Oiapoque, realizada na Aldeia Ahumã (BR-156). Em 2018 participei da Assembleia Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) realizada, pela primeira vez, no Amapá e no norte do Brasil. Participei ativamente do início até a revogação de todas as manifestações públicas sobre a extinção da Reserva Mineral de Cobre e seus Associados (RENCA), envolvendo povos indígenas de diversas partes do Brasil, ativistas, ambientalistas, atores globais, artistas locais, movimentos sociais, senadores, redes sociais, organizações não governamentais e a frente parlamentar do meio ambiente, quando entregamos 1,5 (hum milhão e meio) de assinaturas contra a extinção da RENCA. A extinção da RENCA abriria espaço para a exploração empresarial e internacional dessa região.

Em 2018 continuei ativamente participando de muitos eventos nacionais, como o IV Encontro Nacional de Agroecologia, promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), realizado em Belo Horizonte/MG. Participei do Seminário do Conselho Nacional da Saúde com Povos Indígenas, realizado em Brasília/DF que veio a preparar a realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), nas etapas locais, regionais e nacional.

Participei da etapa local da 6ª CNSI, na Aldeia Manga (TI Uaçá/AP), na Aldeia Bona (TI Parque do Tumucumaque e Paru D'Este) e, ainda, da etapa regional na cidade de Macapá/AP.

Em 2019, tive participação em vários eventos nacionais, como a Mobilização Nacional de Saúde Indígena, denominado de Abril Vermelho, que exerceu pressão contra a municipalização da saúde indígena. Naquele momento integrei a comitiva de agendas com órgãos governamentais, Assembleia Legislativa e MPF.

Desde 2012 a 2022 venho participando do Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília para acompanhar, colaborar e ajudar a coordenar a delegação da minha região na Mobilização Nacional Indígena que agrega todos os povos indígenas de todo Brasil, inclusive, do exterior, com suas organizações locais e regionais. Ao longo destes dez anos de atuação firme pude também presenciar ações que aconteceram contra os povos indígenas que se mobilizam de forma livre, pacífica e democrática, presenciamos o lançamento de bombas de efeito moral, spray de pimenta e muito mais em 2017, no Governo Temer.

Nesse caminho tenho algumas recordações marcantes. Na 10ª edição da ATL de 2014 no Congresso Nacional enfrentamos uma forte repressão, mas conseguimos entrar a Câmara dos Deputados em prol da luta sobre direitos indígenas e, assim, pela primeira vez, possibilitamos uma ação de ocupação pela resistência. Em sua 12ª edição (2016) recordo que participei da Audiência Pública sobre Projeto de Emenda Constitucional n.º 215 (PEC 215), como membro do CNPI, APIWA e APOIANP.

Figura 33: Selfie de Ariné Apalai na ATL de 2013, quando entramos em 16 de abril 2013 no Congresso Nacional primeira vez enquanto movimento indígena



Fonte: Acervo do autor, 2013.

Na 13ª edição de 2017 sofremos novamente forte repressão e fomos surpreendidos pelo ataque de bombas de gás lacrimogêneo pelos policiais federais e militares. Na ocasião, ocupamos por algumas horas o espaço legislativo do Congresso Nacional. A cada ano a quantidade de delegações cresce bastante, em 2022 foram aproximadamente oito mil indígenas de todas as regiões do Brasil inteiro, foi a maior ATL de todos os tempos. As discussões em defesa coletiva dos direitos dos povos indígenas sempre são variadas, temos reuniões e agendas com autoridades competentes na capital brasileira, de todas as esferas do governo federal, seja parlamentar e jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi escrever sobre a trajetória de vida de um *Omi Apiakane*, que se tornou um representante, liderança e ativista no movimento indígena, atuação que foi muito além de um intérprete. Na busca pelo ensino superior, realizei dois vestibulares, primeiro foi Gestão Hospitalar pela Faculdade Apoena, onde fui aprovado, mas não dei continuidade devido à falta de apoio financeiro, em seguida, fui aprovado e iniciei meus estudos no CLII/UNIFAP, no Campus Binacional de Oiapoque, de onde esse TCC é fruto.

Em minha trajetória de vida tive muitas oportunidades para adquirir conhecimentos e aprendizados, não poderia ter escapado dessa caminhada que conseqüentemente me trouxe experiência e engajamento no movimento indígena até o presente momento. Com o apoio total de meus caciques e lideranças que abriram o caminho a ser seguido por mim, desde jovem até adulto, tornei-me liderança reconhecida pelo meu povo e na Amazônia como um todo. Considero que ainda posso aprofundar meus estudos e conhecimentos na área de Educação Escolar Indígena e da política indígena. Tenho a esperança no meu futuro, no futuro dos povos indígenas, desejo que a partir de minha formação na educação superior eu possa contribuir junto ao meu povo cada vez mais, pois, ao longo dos anos, encontramos muitas dificuldades no funcionamento da educação escolar no Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este, cenário que ainda aguarda muitos enfrentamentos e mudanças.

Eu era apenas um estudante quando o grande cacique Tuarinker me chamou para ajudá-lo. Naqueles tempos não havia muitos estudantes ou jovens interessados em ajudar os caciques. Tuarinker me escolheu como jovem porque eu estava dedicado no aprendizado e participava de reuniões, meu interesse em ajudar e participar da vida política de nossos povos levou-me a ser percebido, escolhido e acolhido pelos caciques. E, assim, assumi o papel de auxiliar para orientar e ajudar nas demandas dos caciques e comunidades. Até o presente momento mantenho-me dedicado e compreensivo às nossas demandas, sempre disposto em ajudar para continuar lutando por conquistas e direitos. Busco, sempre, contribuir com meus parentes que necessitam do meu apoio. Dificuldades são entraves que qualquer ser humano encontra no caminho e, sobretudo, nos movimentos sociais, como apoio logístico, financeiro e parcerias, visto que nem sempre todos oferecem apoio a nossa causa indígena.

A grande liderança Tuarinker me ensinou a ter coragem para falar em público com os não indígenas, para buscar, sem medo, soluções e o apoio dos povos indígenas. Ensinou-me

sobretudo a defender o território para todos. Tuarinker Apalai, cacique geral do Bona partiu em janeiro de 2014, na cidade de Macapá. Estava internado por mais de sessenta dias, mas deixou um legado para povos indígenas Aparai e Waiana. Lutou muito em prol de todos, buscou apoio e conseguiu vivenciar e demarcar nossa terra. Sua luta e coragem são exemplos para mim. Infelizmente, nenhum dos seus filhos herdou a voz do grande cacique. Hoje, não há liderança como ele que sempre buscava o apoio das instituições públicas. Mesmo com dificuldade, o cacique Tuarinker não media esforços para suas viagens, visando encontrar alternativas e soluções para os seus povos. Um dos filhos mais velhos que poderia ter seguido o caminho do grande cacique não quis assumir esse papel de liderança, apesar de haver outros filhos mais jovens tentando ocupar o cacicado. Entretanto, para se tornar um chefe é preciso muita força, as outras lideranças e comunidades precisam acreditar nas virtudes e atitudes do candidato e cacique.

A sucessão de chefia entre os nossos povos é hereditária, portanto, o filho mais velho de Tuarinker deveria assumir como chefe. Mas não foi o que ocorreu e ele cedeu espaço político para um dos irmãos mais jovens por esse ser o primeiro professor do povo aparai, tendo estudado junto comigo. Diante dessa dificuldade de sucessão, um dos meus irmãos que se chama Mujaré Waiana Apalai, atualmente professor e forte do Bona, foi cotado para assumir a vaga de cacique geral, porém, alguns professores indígenas não quiseram essa indicação. Por fim, apesar de não desejar, Maruanari Apalai Waiana assumiu posteriormente como cacique na Aldeia Bona, no lugar de Tuarinker. A partida do grande cacique deixou um vazio político, a ausência de seus saberes, conhecimentos e formas de articulação com as comunidades, aldeias, lideranças e caciques do Parque do Tumucumaque e rio Paru D'este são sentidas até hoje.

Ao narrar meu percurso de vida como *Omi Apiakane*, um intérprete de mundos diferentes, descrevo não apenas as minhas experiências pessoais no movimento indígena, mas evidencio os caminhos que nós povos Aparai e Waiana percorremos como protagonistas de nossas histórias, com autonomia e escolhas. Esse trabalho de autoetnografia expõe as trajetórias que vivenciamos na articulação e negociação entre o indigenismo promovido pelo governo e a nossa política no movimento indígena e como está sendo construída a organização social e política dos povos Aparai e Waiana nas últimas décadas.

Para finalizar, deixo minha mensagem aos jovens que estão ingressando no movimento indígena, assumindo compromissos, responsabilidades, atitudes e compaixão juntos aos seus povos na causa indígena. Que estes jovens estabeleçam diálogos permanentes com os órgãos públicos e instituições não governamentais, que tragam novas perspectivas para suas aldeias, assumindo, acima de tudo, dedicação aos povos indígenas. Que os jovens indígenas lutem

unidos, incansavelmente, assim como eu fiz, sem discriminação, sem distanciamento ou predileção a um ou outro povo, que possam defender os direitos conquistados e propor novas agendas interculturais e autônomas nas políticas públicas dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APALAI, Cecília; APALAI, Ariné *et al.* **Pake ahtao oturutopõpo poko.** Histórias antigas dos Aparai-Waiana. Macapá: SEED/NEI; APITU; GTZ; Instituto Cultural Brasil-Alemanha; FUNAI, 1996.

BRASIL. **Parque Indígena do Tumucumaque.** Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3885>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Processo de Demarcação da Terra Indígena Parque do Tumucumaque,** realizado pela Funai, 1997. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Terras&pagfis=13009. Acesso em 12 dez. 2022.

BRASIL. **Terra Indígena Rio Paru d'Este.** Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3849>. Acesso em: em 12 dez. 2022.

SANTOS, Silvio M. A.. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-241